

 **NOSSOS
COMPROMISSOS**
PLANO DE GOVERNO - 2025-2028

PREFEITO
Marcus **15**
ALEXANDRE
VICE MARFISA GALVÃO





Equipe técnica

PREFEITO

MARCUS ALEXANDRE

VICE-PREFEITA

MARFISA GALVÃO

COORDENAÇÃO E EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO

JOÃO CORREIA / THOR DANTAS
ANDRÉIA OLIVEIRA / PABLO MENDES
ANDRÉ ARIOSTO

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO

PRODUTORA STÚDIO 7

COLABORADORES

MORADORES DE RIO BRANCO, MOVIMENTO COMUNITÁRIO,
SERVIDORES PÚBLICOS, PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS, CIENTISTAS,
ENTIDADES DE CLASSE, ÓRGÃOS PÚBLICOS, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS,
FEDERAÇÕES, DIRIGENTES PARTIDÁRIOS.

SUMÁRIO

EQUIPE TÉCNICA	03
SUMÁRIO	04
COLIGAÇÃO	05
MENSAGEM DOS CANDIDATOS	06
EIXOS TEMÁTICOS	07
Infraestrutura	08
- Pavimentação e Manutenção de ruas nos Bairros	
- Limpeza Pública	
- Mobilidade Urbana	
- Saneamento: Água e Esgoto	
- Revitalização do Centro da Cidade	
Cidade Sustentável e Resiliente	20
- Meio Ambiente	
- Gestão de Riscos e Desastres	
Cidadania e Desenvolvimento Social	25
- Educação	
- Saúde	
- Assistência Social e Garantia de Direitos	
- Cultura	
- Mulheres	
- Esporte	
- Juventude	
- Segurança Pública	
Empreendedorismo, Produção e Inovação	45
- Turismo	
- Economia Popular, Solidária, Criativa e Cooperativismo	
- Produção Rural e Agronegócio	
- Negócios Inovadores e Serviços Digitais	
Gestão Transparente e Participativa	53
- Gestão e Transparência	
- Políticas para o Servidor	
- Diálogo e Participação Social	
AGRADECIMENTOS	59

COLIGAÇÃO

Bora Rio Branco



psd⁵⁵

PR~~25~~



AGIR36



PSOL

Republicanos 10

43
Partido Verde



REDE18

Democracia
Cristã
DC

MENSAGEM DOS CANDIDATOS

É com esperança e muita responsabilidade que apresentamos nossos compromissos com os moradores de Rio Branco para a gestão municipal 2025-2028. A construção do nosso Plano de Governo teve início no ano passado com as Rodas Democráticas, realizadas com o apoio da Fundação Ulisses Guimarães. Andamos todas as regionais da cidade em amplo e democrático processo de escuta da população sobre a realidade enfrentada nos bairros e os anseios para o futuro.

O documento está estruturado em três diretrizes:

Iniciaremos nosso trabalho com a retomada de serviços essenciais e estruturantes que trazem soluções para diversas áreas, com a reorganização de programas e ações que foram descontinuados, a exemplo da saúde, do transporte coletivo, do trabalho permanente de manutenção de ruas e ramais, de atividades nas áreas de esporte e cultura, dentre outros.

A segunda diretriz se refere à melhoria dos indicadores sociais de saúde, educação e cidadania, cujos números demonstram quedas e retrocesso inimagináveis, como é o caso da redução da oferta de vagas em escolas e creches, da falta de médicos nas unidades de saúde e da absoluta falta de transparência da gestão.

Outro destaque em nosso Plano de Governo faz frente a esse novo tempo, a era da inovação, dos novos serviços e negócios digitais estabelecidos nos últimos anos. A Prefeitura deverá estar conectada, moderna e preparada para servir cada vez melhor à população.

O Plano de Governo é, para nós, o conjunto dos 11 partidos da nossa ampla aliança, a principal ferramenta para fazer frente ao descaso da atual gestão com questões tão importantes e caras para a sociedade, como o grave problema do abastecimento de água e o abandono das ruas nos bairros.

Este documento aponta para os investimentos que precisam ser feitos em infraestrutura, saúde, educação, área social e tantas outras, com ações planejadas e executadas por uma boa equipe técnica que apresente soluções urgentes e continuadas para a retomada da normalidade e o bom funcionamento da cidade.

Diante deste cenário, temos fé de que a união e o trabalho incansável durante os próximos quatro anos nos ajudarão a superar cada desafio e irão contribuir para melhorar a vida de quem mora em nossa querida Rio Branco.

Bora trabalhar!!!!

Marcus Alexandre e Marfisa Galvão



EIXOS TEMÁTICOS

Pavimentação e Manutenção de Ruas nos Bairros

Entre os anos de 2013 e 2018, a gestão municipal investiu significativamente em infraestrutura, proporcionando a implantação de obras estruturantes no município.

Estas obras melhoraram as condições de trafegabilidade e acessibilidade, dando maior fluidez e segurança ao trânsito e proporcionando a diminuição das distâncias e tempos de deslocamento entre as localidades da cidade.

Rio Branco sofreu em 2015 a maior cheia do rio Acre. A Prefeitura, no entanto, mitigou os problemas ocasionados pela calamidade reparando um a um os danos ocorridos.

Nos últimos anos, é notória a diminuição de investimentos em infraestrutura na cidade. A manutenção viária é feita de forma precária, especialmente nos bairros periféricos. Os buracos tomaram conta da malha viária. As interligações, duplicações e qualificação de vias não foram mais executadas e, juntamente com o aumento da frota de veículos, aumentaram os problemas de tráfego em todas as vias da capital.

As obras de urbanização realizadas não receberam manutenção preventiva, ocasionando a perda de vida útil do pavimento, implicando na necessidade de vultosos recursos públicos para a sua recuperação e manutenção.

Por sua vez, não foi dada continuidade à implantação de linhas de drenagem, como, também, à construção e substituição de pontes no entorno da cidade, ocasionando problemas de enxurradas em várias localidades.

Por conseguinte, o planejamento da Infraestrutura é fundamental, dado o abandono da gestão nos últimos anos, com poucos investimentos no desenvolvimento da infraestrutura em todas as áreas no município de Rio Branco.

As futuras obras estruturantes e emergenciais de melhoria da qualidade de vida da população fortalecerão o desenvolvimento da cidade.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Executar grande programa de manutenção de ruas internas nos bairros, Ruas do Povo, ruas executadas em gestões passadas, em parceria com a União e o Estado, com pavimentação em tijolos e asfáltica;
- Destacar equipes de manutenção de ruas (principais e secundárias), nas 10 regionais urbanas, formadas pela Emurb e empresas contratadas com serviços de conservação, recuperação, tapa-buracos e drenagem;
- Realizar estudos e projetos para interligar vias centrais e bairros, exemplo da ligação entre a Rodovia AC-40 e a Via Verde, do alargamento da rua Manaus (Isaura Parente com Waldomiro Lopes), dentre outras;
- Concluir a pavimentação da Estrada Dias Martins (contorno da Ufac até o Universitário);
- Retomar o programa de manutenção e execução de calçadas e passeio público, obedecendo às normas de acessibilidade, com execução por meio de lotes;
- Realizar estudo e projetos para pavimentação de ramais, a exemplo do entorno da Rodovia AC-40 (Moreira, Céu Azul, Pastor, dentre outros), ramal do Goiano, Estrada Jarbas Passarinho (acesso à Apadeq), Polo Geraldo Fleming.
- Executar ponte em concreto em linhas de ônibus nas áreas rurais, a exemplo do igarapé Pirangi, na Estrada do Quixadá; Ramal do Catuaba (Polo Belo Jardim); igarapé Redenção, na Jarbas Passarinho; Panorama e Ramal do Mutum;
- Construir ponte ligando os bairros Aeroporto Velho e Ayrton Sena, na Baixada.

Regularização Fundiária

- Reestruturar o Programa Municipal de Regularização Fundiária, visando a expedição de Títulos Definitivos com registro em Cartório, em parceria com o Governo do Estado (Iteracre), Tribunal de Justiça, Câmara Municipal, Ministério Público, INCRA e a comunidade envolvida;
- Regularizar templos religiosos (documentação do imóvel e alvarás) e revisar Taxa de Serviços Urbanos das Igrejas.

Conservação e Limpeza Urbana

Na gestão Marcus Alexandre foi implantado o calendário de limpeza e recolhimentos de entulhos em todos os bairros de Rio Branco. Esta ação contínua fortaleceu as atividades ambientais, como também ajudou na redução dos índices de infestação de doenças provenientes dos resíduos descartados de forma irregular, a exemplo da dengue.

Para isso, foram contratadas novas equipes para realizar a limpeza em mais de 220 bairros, polos agroflorestais, cemitérios, parques, praças esportivas, mercados e vias estruturantes. Também foi criada equipe específica para a desobstrução de igarapés e redes de drenagem da cidade.

A gestão revitalizou o Cemitério da Cruz Milagrosa, localizado na estrada Transacreana e integrou a sua gestão administrativa à Prefeitura. Construiu, na Unidade de Disposição e Tratamento de Resíduos Sólidos (Utre), a 2ª célula para descarte dos resíduos sólidos coletados no município. Implantou nova unidade de compostagem de resíduos orgânicos na Ut sólidos.

Outro marco da gestão Marcus Alexandre foi a implantação do primeiro Ecoponto de Rio Branco, localizado no bairro Tucumã, para recebimento e reciclagem de resíduos sólidos produzidos pelos moradores da região, além de estruturar a logística reversa de pneus.

Foram elaborados os instrumentos legais, como a Lei Municipal de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS), o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), o Guia para a Compostagem e o Plano de Coleta Seletiva de Rio Branco.

A gestão Marcus Alexandre realizou o encerramento do Aterro Controlado (antigo lixão) na estrada AC-90, km 10, e modernizou a coleta de resíduos sólidos domiciliares, com o primeiro projeto de coleta mecanizada com contêineres em residenciais, na área central da cidade, em pontos turísticos e nos mercados municipais. Atualmente, a população dos bairros não tem acesso a esses serviços tão essenciais de limpeza pública, pois não existe mais uma programação definida e transparente da sequência lógica das ações.

Na gestão Marcus Alexandre existia um cronograma de limpeza pública, previamente discutido com a sociedade, quando se estabelecia um ordenamento dos bairros a serem atendidos, por regionais, e evidenciava como seria a manutenção nas praças esportivas, áreas de lazer, córregos, parques e vias estruturantes. A publicidade era diária no site da Prefeitura.

A falta de uma ação permanente de limpeza nos bairros, de forma organizada e transparente, tem impactado negativamente os índices de endemias, especialmente a dengue. Assim como o acúmulo de entulhos nas ruas de bairros, praças e parques sem a devida manutenção, córregos e caixas de drenagens entupidas, colaboram para os alagamentos pontuais de águas pluviais.

As ações previstas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) não tiveram continuidade e precisam ser retomadas como prioridade na administração municipal.

O Município possui somente os Ecopontos dos bairros Tucumã e Conquista em funcionamento, sendo necessário ampliar o serviço para outras regionais. Outro ponto importante a considerar é a ampliação da rede de iluminação de Rio Branco para bairros e loteamentos ainda não contemplados.

Diante do diagnóstico descrito acima,
apresentam-se os seguintes compromissos:

- Restabelecer o calendário mensal de limpeza pública com recolhimento de entulhos;
- Reestruturar e ampliar a coleta domiciliar de resíduos sólidos;
- Reestruturar o plano de limpeza e desobstrução dos 85 principais córregos e igarapés;
- Realizar a limpeza e desobstrução de 1.200 caixas de drenagem;
- Recriar equipes para as ações de Educação Ambiental com a finalidade de monitorar e conscientizar a população quanto ao descarte inadequado de resíduos sólidos;
- Retomar o Programa de Compostagem de Resíduos;
- Encerrar as ações de descarte de resíduos no atual aterro da rodovia AC-90, km 01 e estruturar o primeiro Ecoponto Central do município a partir de Parceria Público - Privada (PPP);
- Construir 05 Ecopontos nas regionais de Rio Branco;
- Assegurar melhores condições de trabalho aos garis e margaridas, como revitalizar os espaços da sede da secretaria, realizar ações de valorização profissional, construção de novos vestiários, melhorar a logística de transportes de pessoal para locais das ações de limpeza etc.;
- Implantar o Código Municipal de Limpeza Pública;
- Realizar a coleta seletiva com parcerias institucionais (Sistema S, Sistema de Justiça, escolas, empresas públicas, comércio, indústrias etc.);
- Revisar e ampliar o Programa de Iluminação Pública em ruas e avenidas, e aprimorar a iluminação de equipamentos esportivos, praças e áreas de lazer;
- Assegurar manutenção, limpeza e conservação das praças e áreas esportivas, de recreação e lazer;
- Realizar drenagem do Igarapé da Eta II, nos bairros João Paulo e Plácido de Castro, na Baixada.

TRANSPORTE E TRÂNSITO

O transporte coletivo em Rio Branco retrocedeu 20 anos. Passou de três empresas licitadas para o monopólio de uma única empresa, que opera com uma frota precarizada, de apenas 80 veículos, velhos e inservíveis, ainda que receba repasses mensais milionários.

Na gestão Marcus Alexandre, a situação era bem melhor. A frota de ônibus era de 180 veículos, com idade média de 5 anos, em bom estado de conservação. Além de maior quantidade de ônibus, o sistema operava com veículos articulados que circulavam diariamente dando melhor fluxo nas linhas mais extensas. Contribuiu bastante para essa melhoria, a construção de 5 Terminais de Integração, a reforma e a ampliação do Terminal Central e a criação inovadora do Centro de Controle Operacional (CCO).

Além disso, foi instalado o sistema de monitoramento por GPS em toda a frota, disponibilizando aplicativo, com a previsão dos horários, além de painéis em todos os terminais de integração.

É da gestão Marcus Alexandre a implantação da tarifa de R\$ 1 para todos os estudantes, um marco para a época.

Infelizmente, na atual gestão as promessas de melhorias como novos ônibus elétricos, terminais reformados e abrigos modernos não se concretizaram, e nem tampouco uma nova licitação foi efetivada. Houve substancial piora do transporte coletivo em Rio Branco.

O transporte individual também foi negligenciado, com a Prefeitura oferecendo instalações precárias para os usuários e motoristas de táxi, mototáxi e frete.

Também não houve diálogo nenhum com os que trabalham com plataformas de aplicativos de entrega e de transporte em carros e motocicletas.

Por fim, há três anos a cidade vive sem planejamento para melhorias contínuas do sistema viário e, diariamente, se destacam os acidentes, os congestionamentos e a insatisfação geral dos pedestres, usuários e condutores.

As ciclovias e ciclofaixas foram abandonadas na atual gestão, pois não foram expandidas, não foram feitas ligações entre elas e poucas foram recuperadas e mantidas. Os trabalhadores mais humildes, usuários de bicicleta, foram os mais prejudicados.

Ademais, a Prefeitura deixou de olhar para as regiões mais periféricas da cidade e negligenciou a manutenção semaforica, a sinalização horizontal e vertical, a recuperação de calçadas, rampas e outros quesitos de segurança viária.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Licitar e contratar novas empresas para operar o sistema de transporte público, com renovação da frota de ônibus, ampliação e adequação das linhas e monitoramento remoto;
- Reabrir os Terminais de Integração do Adalberto Sena, São Francisco e Cidade do Povo (no Mercado Municipal), assegurando o funcionamento dos cinco Terminais existentes;
- Construir o Terminal Urbano do Segundo Distrito, próximo à Corrente;
- Construir uma Estação de Integração no Polo Benfica, que passará a ser o ponto de referência de todos os ramais e comunidades da região no entorno da rodovia AC 40;
- Construir um Terminal de Integração na regional do Calafate;
- Regularizar o táxi lotação e estruturar os pontos de parada;
- Readequar o embarque e desembarque de passageiros no Aeroporto, com locais de parada para táxis, ônibus, aplicativos e demais modalidades;
- Adequar a estrutura funcional e organizacional da RBTRANS;
- Apoiar a demanda das atividades de táxi e mototáxi, inclusive com estudos acerca de aplicativo próprio;
- Revitalização da malha cicloviária, com recuperação de pavimento e sinalização;
- Criar departamento na RBTRANS responsável pela gestão de modalidades de transporte por aplicativos (carro e moto), regulamentadas pela legislação federal e municipal;
- Construir 2 pontos de apoio para entregadores e aplicativos, um em cada Distrito, com áreas de estacionamento, área coberta, sanitários e rede wi-fi;
- Retomar a operação sincronizada da rede semafórica da cidade e ampliar a rede de semáforos inteligentes;
- Revisar o modelo de oferta do estacionamento rotativo, deixando somente em algumas vias (conforme entendimento com o setor comercial). As ruas transversais voltam a ter o estacionamento livre de cobranças.

Água e Esgoto

A agenda de saneamento de água e esgoto 2030 possui diversos objetivos, dentre eles os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, que apresenta a necessidade de "garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento básico para todos". Esse objetivo não visa apenas a garantia do acesso à água potável, mas também à proteção dos mananciais e fontes de água como um todo, considerando sua relevância como bem de uso comum e acessível por todos.

Os serviços de distribuição de água potável e coleta e tratamento de esgoto influenciam tanto a saúde da população quanto a qualidade do meio ambiente e, portanto, são fundamentais para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável. Desde a captação de água bruta até o descarte dos efluentes domésticos, os serviços de água e esgotos dependem e interferem nas condições ambientais. Dessa forma, o bom desempenho dos prestadores dos serviços de saneamento tem sido considerado crucial para minimizar esses efeitos.

Na cidade de Rio Branco, o município é o titular desses serviços, que são prestados pelo Serviço de Água e Esgoto de Rio Branco (Saerb), autarquia municipal que vem enfrentando inúmeros desafios quanto à gestão, eficiência técnico-operacional, sustentabilidade econômico-financeira e universalização dos serviços. Parte desses desafios deve-se à falta de investimentos, o que resulta na ineficiência e sobre o bom desempenho do Saerb.

Os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vêm apresentando deterioração acelerada, deficiências operacionais e inoperância de algumas unidades, tanto pelo incremento na demanda nos últimos anos como pela falta de investimentos e manutenção adequados. Essa situação dá origem ao sucateamento das suas unidades e, conseqüentemente, a diminuição da qualidade dos serviços prestados e aumento dos custos operacionais, os quais recaem sobre seus consumidores na forma de tarifas.

As recorrentes interrupções no fornecimento de água, os constantes extravasamentos de esgoto e lançamento in natura no meio ambiente vêm gerando a insatisfação dos usuários que reconhecem a má gestão dos serviços prestados pela atual administração do município, além de colocar a saúde da população e o meio ambiente em situações de risco.

Este efeito também é sentido pelo Saerb, que, diante da falta de planejamento e de investimentos na melhoria das unidades operacionais, tem tornado deficientes os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, gerando elevados índices de perdas de água no sistema. Também são recorrentes e constantes as quebras de equipamentos, frequentes rupturas nas redes de distribuição, paralisação das estações de tratamento de esgoto, aumento das despesas com manutenção, aumento significativo do consumo energético e aumento da inadimplência dos consumidores.

Água e Esgoto

Os números do saneamento no município mostram:

Localidade	Parcela da população sem acesso à água (% da população)	Parcela da população sem coleta de esgoto (% da população)	Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%)
Brasil	15,8%	44,5%	52,2%
Região Norte	37,6%	85,7%	19,8%
Acre	52,0%	89,5%	0,7%
Rio Branco	46,5%	79,3%	0,7%

Indicadores por ano – 2022.

FONTE: Instituto Trata Brasil (<https://tratabrasil.org.br/>)

Os dados são estarrecedores e demonstram a falta de responsabilidade das autoridades municipais em propor e aceitar a reversão da responsabilidade do Estado para o Município sem nenhuma avaliação criteriosa da estrutura material e financeira da Prefeitura de Rio Branco para gerir este grave problema.

Diante das demandas impostas pela população, ficam evidentes as necessidades de investimento na reabilitação e modernização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como buscar a eficiência da gestão.

Assim, para universalizar o acesso e garantir qualidade e suficiência no suprimento de água potável, bem como assegurar a disponibilização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto à população do município de Rio Branco, faz-se necessário desenvolver as seguintes ações.

Diante do diagnóstico descrito acima,
apresentam-se os seguintes compromissos:

- Elaborar Planejamento Estratégico para o fortalecimento institucional do Saerb e estabelecer o Plano Anual e Plurianual de Investimentos;
- Realizar obras emergenciais de recuperação e modernização da ETA II (na Baixada), aquisição de novas bombas, recuperação da torre e dos reservatórios;
- Recuperar e modernizar a ETA I (Bairro Boa Vista - Baixada);
- Construir novos reservatórios e redes de distribuição de água;
- Garantir melhoria da oferta de água na parte alta da cidade, uma das prioridades, e nas demais regionais onde o abastecimento não ocorre com regularidade;
- Criar Programa para Consumo Consciente e Redução das Perdas no Sistema de Abastecimento;
- Promover estudos e projetos, buscando alternativas viáveis de captação de água para tratamento, especialmente nas épocas de seca do rio Acre;
- Aprimorar e ampliar a reservação e distribuição de água potável, mediante melhorias estruturais, ampliação, modernização e adequações operacionais das unidades dos sistemas de reservação, adução, distribuição de água potável e ligações domiciliares;
- Reestruturar o sistema de tratamento de esgoto;
- Modernizar a gestão comercial, com melhorias e inovações nos processos de atendimento.

REVITALIZAÇÃO URBANA, CULTURAL, TURÍSTICA E ECONÔMICA DO CENTRO DE RIO BRANCO

Nas últimas décadas, Rio Branco passou por inúmeras mudanças, principalmente no que diz respeito à urbanização, à dinâmica populacional, às transformações nas condições sociais e econômicas, dando à cidade um papel cada vez mais importante no contexto regional.

Os investimentos na área central de Rio Branco, na última década, foram reduzidos na medida em que o processo de descentralização e recentralização iniciou levando alguns serviços públicos do centro da cidade para a Via Verde, região que foi revitalizada para tornar-se uma área de comércio e serviços públicos e privados, constituindo- uma nova centralidade.

A descentralização na cidade de Rio Branco vem acontecendo de maneira lenta, quando comparado a outras cidades do mesmo porte, de regiões econômicas mais dinâmicas do país. No entanto, esse é um processo relevante na produção do espaço urbano, à medida em que essas transformações têm levado a cidade a um novo sistema de organização e estruturação de suas atividades.

As mudanças ocorridas com a nova dinâmica urbana trouxeram impactos significativos para o Centro Histórico de Rio Branco. O abandono dos edifícios governamentais e administrativos e a conseqüente redução da circulação de pessoas tornaram o centro da cidade em um local repleto de imóveis vazios, muitos dos quais abandonados.

Atualmente, esta área apresenta grande vulnerabilidade quanto à segurança pública, uma vez que espaços ociosos contribuem para o aumento da violência, afastando os moradores e pedestres que frequentavam as calçadas e vias públicas para realizar suas atividades comerciais e socioculturais.

Frente a esse quadro de abandono do centro, faz-se necessária a implementação de um conjunto de intervenções públicas e privadas, visando revitalizar a área central. O objetivo desta medida é promover intervenções em áreas abandonadas, resgatando o valor sociocultural e econômico destes espaços e seu patrimônio histórico.

Para tanto, é necessário promover a integração da área central de Rio Branco com a preservação do patrimônio cultural existente, adaptando-os à conjuntura atual e às necessidades vigentes.

Rejuvenescer o centro urbano e planejar a mobilidade representam um olhar para o futuro. Um dos compromissos da gestão Marcus Alexandre é apresentar um plano estratégico de longo prazo para a infraestrutura da cidade.

A futura gestão deverá mobilizar e engajar a população para compreender a necessidade das obras de revitalização do centro, que trarão excelentes resultados. Com a revitalização urbana, pode-se evitar a destruição de prédios históricos, além de promover a manutenção desses edifícios e também a memória individual, coletiva e urbana.

Outro desafio é promover o financiamento dos projetos no modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs), considerando a escassez dos recursos públicos. Este modelo deve oferecer contrapartidas e incentivos para empresas.

A mobilidade é um ponto fundamental nesse processo, pois o acesso fácil e confortável da população a essa região trará novos tipos de comércio, de serviços, os quais serão responsáveis por manter a saúde econômica do Centro e estimular novos investimentos para a promoção da vida social e incremento do turismo.

A criação de espaços verdes, áreas de lazer, ciclovias e lugares para pedestres pode elevar significativamente a qualidade de vida dos moradores, incentivando um estilo de vida mais ativo e saudável.

A renovação do Centro com construções modernas e tecnológicas pode valorizar os imóveis, beneficiando proprietários e investidores, além de se constituir numa zona de atratividade e valorização turística, cultural, social e econômica.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Incentivar a oferta do comércio e de serviços, principalmente à noite e aos finais de semana;
- Promover ambiente seguro e convidativo para a circulação e permanência dos cidadãos e trabalhadores;
- Promover diversificação das atividades econômicas desenvolvidas na região, em especial aquelas que compõem as áreas de gastronomia, lazer, entretenimento, turismo, cultura e promoção social;
- Promover a recuperação de ruas e calçadas, com acessibilidade e infraestrutura adequada;
- Garantir iluminação pública permanente;
- Implementar ações de assistência social e promoção de direitos a pessoas em vulnerabilidade social ou em situação de rua, tais como: inserção nos programas de transferência de renda, integração ao mercado de trabalho e recuperação de dependentes químicos em parceria com instituições e entidades filantrópicas e religiosas;
- Promover a recuperação dos bens e áreas de valor histórico, cultural ou paisagístico, potencializando o interesse turístico da região;
- Elaborar plano de incentivo à restauração de imóveis públicos e privados, através de atos administrativos da gestão pública como a isenção de IPTU, taxas e agilidade na concessão de licenças, redução do ISS para empreendimentos que se enquadrem com os objetivos desse projeto;
- Promover e apoiar a realização de feiras e eventos culturais nos espaços públicos como praças, Parque da Maternidade, Mercado Velho, dentre outros;
- Executar obras de revitalização do Calçadão, com recuperação do passeio público, iluminação, reforma de quiosques e restabelecer a programação cultural temática (Dia das Mães, Dia das Crianças e Natal).
- Retomar as atividades culturais no Bairro da Base, a exemplo do reveillon.

CIDADE SUSTENTÁVEL & RESILIENTE



Meio Ambiente

O meio ambiente está presente nas temáticas deste plano, na perspectiva das mudanças climáticas e dos seus impactos para a sociedade, cujas previsões são preocupantes. Basta lembrar das recentes enchentes e secas de norte a sul do país, que também impactaram Rio Branco.

As mudanças climáticas são uma realidade; por isso, o Brasil é signatário de diversos acordos e convenções internacionais que visam diminuir as emissões de gases de efeito estufa, a fim de combater o aquecimento global.







Rio Branco apresenta padrões bastante conhecidos, considerando as duas estações climáticas amazônicas mais nítidas: verão e inverno. O verão é o período das secas, marcado pela poluição do ar, decorrente das queimadas e incêndios florestais e urbanos. Muitas pessoas adoecem. Já no inverno, período das chuvas, ocorrem as enchentes, enxurradas e deslizamentos. Muitas pessoas ficam desabrigadas, necessitando de auxílios.

Estudos demonstram que as pessoas mais prejudicadas com os impactos negativos das mudanças climáticas são as populações mais vulnerabilizadas socialmente.

É necessário inserir definitivamente a educação ambiental no processo formal, sob uma nova matriz de ensino-aprendizagem.

As propostas que serão apresentadas visam transformar Rio Branco numa cidade resiliente, inteligente, moderna, sustentável, segura e agradável de se viver.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

-  - Reestruturar o Programa de Arborização Urbana na cidade de Rio Branco;
- Implantar programa de recuperação da mata ciliar e limpeza permanente para revitalização da bacia do igarapé São Francisco;
-  - Estabelecer calendário permanente de monitoramento da qualidade e limpeza dos principais igarapés, com integração das equipes da Semeia e Semsur;
-  - Construir uma usina de geração de energia solar, para atender aos órgãos municipais;
- Implantar sistema de vigilância ambiental ágil, eficaz e abrangente, para prevenir queimadas e incêndios;
-  - Implantar equipamentos de monitoramento da qualidade do ar;
-  - Revitalizar os parques ambientais Chico Mendes, Capitão Ciriaco e Horto Florestal, garantindo a segurança e a realização de atividades culturais, esportivas e recreativas;
-  - Apoiar o Plano de Gestão das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Irineu Serra e do Amapá, bem como implantar suas sedes.

Gestão de Riscos e Desastres

O município de Rio Branco, com 46% da população do Estado, possui grande suscetibilidade à ocorrência de inundações, eventos hidrológicos causadores de danos e prejuízos severos à população afetada.

A dinâmica fluvial do rio Acre, o regime de chuvas em sua bacia hidrográfica e a ocupação de áreas suscetíveis a alagamento, torna grande parcela da população vulnerável, com significativo risco de ser afetada. As mudanças climáticas têm tornado esses eventos cada vez mais frequentes e intensos.

O rio Acre possui uma cota de alerta de 13,50 metros e de transbordamento de 14,00m. Rio Branco passa por inundações sucessivas, sendo a de 2015 a maior da história, com 18,40m, de acordo com os registros da série histórica.

Além das frequentes inundações, o município sofre, também, com ameaças de enxurradas, deslizamentos, queimadas urbanas, incêndios florestais, bem como exaurimento dos recursos hídricos, no período entre maio a outubro, em que as chuvas se reduzem de forma intensa.

Instrumentos de gestão de riscos e de desastres foram aperfeiçoados na gestão Marcus Alexandre, tais como:

- Mapeamento das áreas de risco hidrológico e geológico (em parceria com o Serviço Geológico do Brasil);
- Elaboração dos Planos de Contingência para inundações, queimadas/incêndios florestais e exaurimento dos recursos hídricos/colapso no abastecimento de água.

A ocorrência desses desastres (hidrológicos e climatológicos) propiciou um acúmulo de experiência na gestão de crise, aperfeiçoando a capacidade de resposta (socorro e assistência) à população afetada, como montagem de abrigos estruturados, garantindo a habitação temporária, alimentação, saúde e segurança, durante a situação de anormalidade.

Contudo, é preciso avançar nas ações de prevenção, mitigação e preparação para eventos futuros e que têm grande probabilidade de ocorrerem.

Nos últimos anos, lastimavelmente, a gestão municipal negligenciou as ações de limpeza e desobstrução dos principais córregos e Igarapés, o que provocou a maior enxurrada da cidade de Rio Branco, com danos irreparáveis à grande parte da população.

Soma-se a isso, o desleixo e a incompetência no acolhimento e assistência às famílias mais vulneráveis, alocadas nos abrigos públicos, vitimadas pelos desastres naturais ocorridos, especialmente durante as enchentes de 2023 e 2024.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Criar o Centro de Operações Rio Branco, núcleo de coordenação e monitoramento remoto e em tempo real das operações de transporte coletivo, trânsito, segurança e defesa civil, enchentes, enxurradas, e incêndios;
- Implantar a rede de monitoramento de pluviometria (medição das chuvas) e fluviometria (medição dos níveis das águas) dos principais igarapés que cortam a cidade: São Francisco, Judia, Batista, Almoço e Dias Martins;
- Criar sistema de alerta e alarme para eventos de enxurradas;
- Implantar sistema de monitoramento da qualidade do ar, em virtude dos eventos de queimadas e incêndios florestais que afetam significativamente a saúde da população;
- Criar Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil nos bairros e localidades mais afetadas pelas inundações e enxurradas;
- Criar um programa de capacitação em proteção e defesa civil nas escolas e comunidades;
- Atualizar o Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR;
- Apoiar as ações do Programa Minha Casa, Minha Vida em parceria com os governos estadual e federal, priorizando as famílias nas áreas de riscos de enchentes do rio Acre e igarapés.

CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Educação

A atual administração da Prefeitura de Rio Branco não implementou as políticas para o cumprimento das propostas do Plano Nacional de Educação (PNE) até 2024, que previam o investimento de 10% do PIB no setor e o atendimento de 50% das crianças de 0 a 3 anos. O descaso com a educação pública municipal deu-se pelo fechamento de escolas rurais, falta de construção de novas escolas, redução drástica das parcerias com as creches comunitárias e encerramento do convênio com a Diocese de Rio Branco.

Estas medidas levaram, em 2023, à redução absoluta na oferta de matrículas. Foram menos 2.263 vagas abertas na rede pública municipal em relação ao ano de 2018. A consequência da redução de vagas na rede gerou expressivas perdas financeiras, um montante de R\$ 13,5 milhões em recursos do Fundeb, em 2023.

Esta grande perda de matrículas e de recursos implicou no aumento significativo da demanda reprimida por novas vagas para educação infantil, no aumento dos indicadores de evasão e de reprovação e na queda dos indicadores de rendimento e desempenho dos alunos. Isto ocasionou transtorno e insegurança na população, configurando o fracasso escolar como principal marca da atual gestão municipal.

Outro revés da atual gestão refere-se ao baixo desempenho dos alunos. A análise dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mede a qualidade da educação ofertada, revela a brusca queda na qualidade da educação em Rio Branco. Desde 2013, este índice apresentava comportamento crescente e superior às projeções do próprio Ministério da Educação e Cultura – MEC. Na atual gestão, por incompetência e descaso, o Ideb sofreu uma redução de 6,7 pontos, alcançados em 2019, para 5,7 em 2021, quando a projeção do MEC, para o mesmo ano, era de 6,3. Embora se reconheça o impacto da pandemia na aprendizagem das crianças, a queda neste índice do IDEB não se explica exclusivamente por esse fator. Basta comparar os dados do rendimento e do movimento escolar, entre os anos de 2018 e 2022, para se constatar que houve aumento nos índices de reprovação e na taxa de abandono escolar.

A rede de ensino que, em 2018 estava constituída por 84 escolas e anexos, também foi reduzida com o fechamento de 4 escolas e todos os anexos, convênios e parcerias. Por sua vez, não foi construída nenhuma unidade escolar durante os últimos 4 anos e atualmente a rede de ensino possui as mesmas 14 creches, 12 centros educacionais e 54 escolas de ensino fundamental de 1º ao 5º ano que já existiam na gestão Marcus Alexandre.

Estes fatos impõem o desafio urgente de construção de novas escolas, realização de novas parcerias para oferta de matrículas e a implementação de um forte programa de busca ativa para trazer de volta todas as crianças para o ambiente escolar.

Por outro lado, se constata a retirada da autonomia dos gestores escolares, mediante o congelamento dos recursos do Programa Financiando Nossa Escola (PFNE). Isso implica na ausência de manutenção na estrutura física e na redução da quantidade de itens da merenda escolar.

Quanto à questão da merenda escolar, constata-se outro grave problema, pois os itens anunciados no cardápio divulgado para as escolas são efetivamente entregues em menor quantidade pela administração da Secretaria Municipal de Educação - SEME, ocasionando restrições nutricionais severas às crianças atendidas.

Além desse quadro, constata-se no sistema municipal de educação reduzido número de profissionais especializados, tais como: professores regentes, professores mediadores, professores de libras, professores brailistas e cuidadores, para o atendimento de crianças com deficiência.

Diferente da situação apresentada, é necessário construir um novo modelo de gestão educacional para o município de Rio Branco, com uma escola inclusiva, com ambiente adequado para ensinar e cuidar, com a garantia de que nenhuma criança deve ficar fora da escola.

Uma escola inclusiva deve ser um ambiente antirracista, livre de todas e quaisquer formas de preconceito e discriminação. Deve ser, também, acolhedora e adequada às pessoas com deficiência, de modo a assegurar o cumprimento de todos os padrões arquitetônicos de acessibilidade proporcionando o pleno desenvolvimento educacional e a circulação de todos, com segurança. Para tanto, o Município, em colaboração com o Estado e o Governo Federal, deve realizar um amplo programa de reformas e adequações das escolas, pré-escolas e creches, revitalizando os espaços educativos próximos de onde as crianças residem, com o objetivo de assegurar as condições materiais para que todas tenham acesso à escola.

Nesse esforço para assegurar as devidas condições de aprendizado, deve ser priorizada a promoção de um ambiente saudável e acolhedor para que as crianças possam se desenvolver. Também serão contemplados jogos e brincadeiras, música e artes cênicas, tão importantes para o desenvolvimento infantil. Para isso, é necessário enriquecer as brinquedotecas e bibliotecas escolares já existentes e construir novas nas escolas que não possuem esses equipamentos/espacos para que todas as crianças possam aprender de maneira divertida e segura.

Não há como assegurar uma educação de qualidade sem zelar pela valorização dos professores e demais profissionais da educação. Os limites financeiros, impostos pela desorganização orçamentária da atual gestão, colocam-se como um obstáculo real a ser superado para se alcançar o objetivo de melhorias salariais para os profissionais da educação. A futura gestão estabelecerá um diálogo respeitoso, aberto e permanente com os sindicatos que representam as diversas categorias da educação, no intuito de cumprir a Lei Federal que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério e Profissionais da Educação (PSPN).

É necessário revisar o Plano de Cargo, Carreira e Salário, para que se possa fazer a correção entre o tempo de planejamento estabelecido no contrato de trabalho, regência de classe e a remuneração, assegurando coerência entre o que está prescrito na lei e o que realmente acontece na realidade dos professores em sala de aula.

No que tange à formação continuada, o Programa de Avaliação da Aprendizagem (PROA) deverá ser reestruturado com o objetivo de identificar as deficiências no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, que servirá de base para a retomada do programa de formação continuada da Seme, com foco na realidade e nas dificuldades que se revelam no processo educativo.

Para superar tais dificuldades, deverão ser firmados convênios com a Ufac, o Ifac e demais instituições formadoras de professores para a realização das jornadas de formação da Seme. Nessas jornadas, estará contemplada também a formação para os professores mediadores e assistentes que atuam no atendimento educacional especializado para crianças com deficiência, com foco no aprofundamento dos meios educacionais mais adequados ao pleno desenvolvimento intelectual e socioafetivo das crianças público-alvo da educação especial.

Na gestão Marcus Alexandre, a Secretaria Municipal de Educação construirá uma relação de respeito e harmonia com todos os profissionais da educação, como parte de uma rede amiga formada pelas escolas, pré-escolas e creches, superando a atual situação em que a Seme e as escolas parecem estar duelando e se opondo mutuamente.

Rio Branco já foi reconhecida nacionalmente e premiada em várias áreas. Hoje, infelizmente, amarga lamentáveis índices de abandono escolar, reprovação e queda nos níveis de aprendizado, atestando que a ausência de harmonia e objetivos comuns entre a gestão e as escolas resulta em fracasso de todo o sistema educacional.

É necessário desenvolver um programa de educação ambiental que concilie a teoria com a prática por meio da adoção de uma postura ambientalmente saudável e sustentável, visando vincar nos estudantes valores ambientais e de relações sociais e humanistas.

A escola precisa também ser um ambiente de participação da comunidade, onde as decisões sejam tomadas de forma colegiada, com a inserção das famílias no ambiente escolar. É sabido que o pilar da democracia na escola reside na garantia de acesso e aprendizagem das crianças, pois todos precisam estar na escola e todos precisam aprender. Por isso, é necessário aperfeiçoar os mecanismos democráticos de participação de toda a comunidade escolar, ampliando e fortalecendo os conselhos escolares como forma de democratizar o centro da decisão.

Diante do diagnóstico descrito acima,
apresentam-se os seguintes compromissos:

- Estabelecer parcerias com as creches comunitárias, igrejas e outras instituições confessionais, filantrópicas e privadas para recuperação imediata das vagas perdidas e ampliação da oferta do atendimento às crianças;
- Aumentar o atendimento das crianças com idade de 0 a 3 anos em creches;
- Construir escolas para atender alunos de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, como exemplo a escola temática da APA do Irineu Serra, e concluir obras iniciadas na atual gestão, a exemplo das creches da Vila Acre e bairro Defesa Civil;
- Reabrir as escolas rurais que foram fechadas pela atual gestão e assegurar o transporte escolar;
- Garantir a acessibilidade e o acompanhamento escolar especializado (cuidadores, mediadores e demais profissionais da educação inclusiva) às crianças com deficiências, com diagnóstico do Espectro Autista e TDAH;
- Melhorar a qualidade na oferta da merenda escolar, priorizando os alimentos da agricultura familiar e fortalecer formação continuada para merendeiras;
- Reativar o programa Saúde na Escola, melhorando a qualidade com atendimento odontológico, fonoaudiológico, oftalmológico, otorrinolaringológico, neuro-psicopedagógico e psicológico
- Estabelecer parceria com a Polícia Militar para garantir o policiamento escolar no entorno das escolas;
- Estruturar o Programa Capoeira nas Escolas;
- Implementar um Programa de Desenvolvimento Corporal na infância para crianças de 2 a 10 anos, que tenha atividades como capoeira, taekwondo, jogos e brincadeiras estudantis, oficinas de ciclismo, jogos de tabuleiro etc.;
- Assegurar aos profissionais do magistério a valorização salarial, cumprindo o estabelecido na Lei Federal nº 11.738/2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), com a correção entre o tempo de planejamento no contrato de trabalho, a regência de classe e a remuneração;
- Convocar, dentro da necessidade da rede municipal de educação, os candidatos aprovados no concurso público do Edital nº 001/2019 Seme/PMRB;
- Criar no PCCR os cargos de professor de música e artes cênicas para atender alunos da rede, com consequente realização de concurso público;
- Retomar o programa de avaliação da aprendizagem associado à formação continuada para reduzir os altos índices de infrequência, abandono e reprovação escolar;
- Aderir ao Programa Primeira Infância Antirracista-PIA/Unicef e ações antibullying;
- Ampliar gradualmente a quantidade de unidades educativas municipais com oferta de educação em tempo integral, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social;
- Assegurar espaços recreativos e esportivos em todas as escolas municipais;
- Implementar programa de educação.

SAÚDE

Os municípios brasileiros têm, dentro do pacto federativo, um papel fundamental na garantia da saúde da população. Sendo o território onde se concentra a maior parte da execução das ações e serviços de saúde, são também os principais responsáveis pela gestão das políticas públicas de saúde em nível local.

A principal atribuição dos municípios dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) é a gestão da Atenção Primária em Saúde (APS), entendida como a porta de entrada preferencial do sistema, por se caracterizar como o primeiro nível de contato dos indivíduos, famílias e comunidades com os serviços de saúde.

A APS tem potencial para resolver a maioria dos problemas de saúde da população e deve atuar como organizadora e estruturadora dos demais níveis de atenção devendo ser acessível, abrangente, coordenada e centrada na pessoa, se constituindo, dessa forma, como a base do sistema de saúde brasileiro.

A gestão Marcus Alexandre (2013 a 2018) ampliou e qualificou significativamente a rede de assistência do município de Rio Branco. Foram construídas 28 novas unidades de saúde e reformadas outras 7, além da construção da Policlínica Barral y Barral, antigo Centro de Saúde.

No que diz respeito ao acolhimento de crianças com deficiência, foi criado o serviço de atenção às pessoas portadoras de autismo e TDAH, problema crescente e desafiador para nossa sociedade.

Um dos feitos mais relevantes da gestão Marcus Alexandre deu-se em relação ao combate à dengue em Rio Branco. Houve uma expressiva redução dos casos, em torno de 73%. Hoje, Rio Branco enfrenta não só o desafio de manter as ações de combate a dengue, zika e chikungunya, mas também de lidar com a introdução de novas arboviroses, como foi a febre de oropouche, responsável por um elevado número de casos esse ano e até então desconhecida de todos nós.

Houve, também, melhoria em relação ao controle de zoonoses, com a implantação do centro cirúrgico para controle de natalidade da população canina e felina, bem como ampliação da cobertura vacinal, contribuindo para o controle dos casos de raiva humana.

A situação atual inspira muitos cuidados. Houve retrocessos na qualidade dos serviços ofertados à população, com piora substancial de quase todos os indicadores básicos de saúde.

O Município de Rio Branco ficou muito mal posicionado na avaliação dos últimos quatro anos no Programa Previne Brasil, modelo então vigente de financiamento da APS, que condiciona as normas de repasse de acordo com o alcance de metas pela gestão municipal.

Infelizmente, o Município ficou abaixo da meta em seis dos sete indicadores básicos, sendo eles: controle de hipertensão arterial, 58% abaixo da meta; controle do diabetes, 68% abaixo da meta; atendimento odontológico de gestantes, 78% abaixo da meta; coleta de exame preventivo de câncer de colo de útero, 33% abaixo da meta; cobertura vacinal infantil, 21% abaixo da meta; consultas de pré-natal, 7% abaixo da meta. O desempenho insatisfatório resulta em perda direta de recursos federais.

Há um evidente descontentamento por parte da população rio-branquense com o conjunto dos serviços de saúde prestados pela Prefeitura de Rio Branco.

Considerando a desorganização estrutural identificada na gestão atual, com desempenho insatisfatório na prestação de diversos serviços básicos, bem como na quase totalidade dos indicadores considerados essenciais, o plano de governo Marcus Alexandre elencou um conjunto de ações voltadas para a reorganização e reestruturação da APS.

Os indicadores de saúde pública fornecem dados que permitem entender e descrever a situação de saúde de uma população, monitorar tendências ao longo do tempo, identificar problemas prioritários e avaliar o impacto das intervenções. São fundamentais para a tomada de decisões baseadas em evidências, garantindo que as políticas e ações de saúde pública sejam eficazes e direcionadas às reais necessidades da população.

A importância da informação para a tomada de decisão em saúde, juntamente com o crescente desenvolvimento tecnológico, faz da tecnologia da informação ferramenta essencial para o setor.

O plano de governo Marcus Alexandre elenca um conjunto de medidas e ações consideradas inovadoras que têm potencial para impactar grandemente a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela rede de saúde do Município de Rio Branco.

Diante do diagnóstico descrito acima,
apresentam-se os seguintes compromissos:

- Construir novas Unidades de Saúde da Família (USFs) em áreas desassistidas, como: km 100 da Transacreana, Montanhês, Custódio Freire e Apolônio Sales;
- Criar uma Policlínica no 2º Distrito de Rio Branco;
- Transformar em Unidade de Referência em Atenção Primária (Urap) a UBS Platilde de Oliveira, no bairro Tancredo Neves;
- Transformar em Urap a UBS da Vila Verde na Transacreana, com ambulância e socorristas permanentes;
- Transformar em Policlínica a Urap Roney Meireles, no bairro Adalberto Sena;
- Criar o Programa Mais Médicos Rio Branco, com legislação específica e contratação emergencial de médicos de família e especialistas (pediatra e ginecologista), integrado com as Residências Médicas, com oferta de bolsas e preceptorias;
- Criar ferramenta online para agendamento e confirmação de consultas, exames, vacinas e outros procedimentos em saúde;
- Ampliar as ações de telemedicina, teleconsulta, telediagnóstico, tele-especialista para a atenção primária em parceria com o Programa de Telessaúde da Ufac e de outras instituições;
- Ampliar e garantir o acesso aos serviços de atenção básica às pessoas com deficiência (PCD);
- Garantir atendimento odontológico nas UBS do município;
- Implantar 3 novas equipes de especialidade odontológica (CEO) nas policlínicas;
- Reestruturar e ampliar o programa de Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), com ênfase na oferta de curativos especiais e tratamento de feridas e cuidados com sondas;
- Fortalecer o programa permanente de atendimento de saúde itinerante às comunidades de zona rural, ribeirinhas e extrativistas;
- Criar o Cartão Verde de atendimento prioritário nas UBSs da área urbana para às populações das áreas de difícil acesso (rurais e ribeirinhos);
- Ampliar a cobertura da coleta do exame Preventivo do Câncer do Cólon do Útero (PCCU), colonoscopia, endoscopia, ultrassonografia e demais exames complementares, através de parcerias com as redes privada e filantrópica;
- Ampliar a cobertura da coleta dos testes de triagem neonatal como teste do pezinho, da orelhinha, da mãezinha e outros preconizados, incluindo parcerias com as redes privada e filantrópica;

- Aumentar a cobertura vacinal para os percentuais preconizados pelo Plano Nacional de Imunização (PNI/MS);
- Fortalecer as ações e ampliar a oferta dos serviços no Centro de Atendimento às Crianças Com Transtorno do Espectro Autista e TDAH, incluindo parcerias com a rede privada e filantrópica, visando a descentralização do atendimento;
- Construir/implantar um Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil – CAPSI;
- Reformar, ampliar e requalificar o CAPS-AD, com readequação do espaço físico, da equipe médica e multiprofissional;
- Implantar o Tratamento Comunitário Assertivo (TCA) nos bairros para a formação de uma rede de proteção para pessoas com doenças mentais crônicas sérias, garantindo ações de uma equipe multidisciplinar no programa de saúde mental de prevenção à depressão e suicídio;
- Garantir a funcionalidade dos programas e serviços de atenção à saúde da criança, adolescente, mulher, homem, idoso, indígena, população negra, LGBTQIA+ e população vulnerável, com qualidade, eficiência e resolutividade;
- Fortalecer o atendimento à população indígena em contexto urbano;
- Ampliar a oferta de exames diagnósticos em parceria com clínicas do setor privado;
- Realizar concurso público para provimento de vagas nos cargos de Especialistas em Atenção Primária;
- Assegurar o funcionamento das Uraps e Policlínicas aos sábados, com médicos especialistas;
- Revisar e ampliar a Relação Municipal de Medicamentos (Remune) e insumos;
- Garantir o mínimo de 6 consultas de pré-natal, sendo a 1ª feita até a 12ª semana de gestação, para mais de 50% das gestantes do município;
- Elevar a cobertura vacinal de crianças de até 1 ano para mais de 95%;
- Fortalecer as ações de combate ao abuso de substâncias como álcool, tabagismo, drogas, e ao suicídio;
- Ampliar para 95% a cura de novos casos de tuberculose pulmonar;
- Recriar programa continuado de combate a doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* (dengue, zika e chikungunya);
- Criar um Plano Municipal de Combate e Eliminação da hepatite C;
- Implantar uma rede de vigilância epidemiológica com biologia molecular, em parceria com instituições e laboratórios de referência, das arboviroses, zoonoses e viroses respiratórias sazonais;
- Fortalecer as ações de cuidado às doenças crônicas como diabetes, hipertensão, obesidade, asma, depressão e dor crônica, incluindo na rede as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS);
- Implantar no primeiro Distrito um novo Centro de Atenção e Cuidados aos Animais Domésticos, com centro cirúrgico, laboratório para exames, diagnóstico e acolhimento;
- Ampliar as campanhas de vacinação e adoção de cães e gatos, estabelecer parcerias com as ONGs, clínicas particulares, hospital universitário, cuidadores e protetores.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS

Nesse eixo serão tratadas as áreas de Assistência Social, Direitos Humanos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, pessoas em situação de rua e migrantes), Mulheres e Igualdade Racial.

A Assistência Social no contexto da sociedade brasileira desempenha um papel relevante na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A assistência social é uma área de atuação que visa à proteção e ao desenvolvimento de indivíduos, famílias e comunidades em situações de vulnerabilidade e risco social.

A política de Direitos Humanos compreende o conjunto de normas, planos, programas, projetos e ações voltados à promoção, proteção e garantia da dignidade da pessoa humana na sociedade, com o objetivo de construir uma comunidade pacífica, inclusiva e segura.













A política de promoção da igualdade racial tem como objetivo a redução das desigualdades raciais em Rio Branco, com o reconhecimento das demandas para a população negra e povos indígenas, em contexto urbano e comunidades tradicionais.

A gestão Marcus Alexandre terá tolerância zero com todas e quaisquer discriminações existentes no município de Rio Branco.

É oportuno afirmar que, nos últimos anos, houve um retrocesso considerável nas políticas de assistência social e garantia de direitos. De acordo com o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, o município de Rio Branco, em 2023, registrou 2.294 novos casos de violações de direitos humanos, o que corresponde a um aumento de 62,5% em relação ao ano de 2022.

O desmonte das políticas de proteção social levou a um estarrecedor quadro de miséria e abandono, expresso no aumento de pessoas em situação de rua, no agravamento da violência contra crianças e adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, dentre outros grupos hipervulneráveis.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

-  - Reestruturar a política municipal de Assistência Social e de garantia de direitos e retornar às unidades de apoio Cras e Creas aos bairros de origem;
-  - Reestruturar a política municipal de atendimento à população em situação de rua, com a ampliação dos serviços prestados, convênios com as casas de recuperação e comunidades terapêuticas;
-  - Criar um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) em cada distrito, a fim de ampliar o acolhimento à população em situação de rua;
-  - Implementar uma política de acompanhamento e assistência à população indígena em contexto urbano;
-  - Reestruturar e ampliar a política de segurança alimentar e nutricional (Restaurante Popular, cozinhas comunitárias e Banco de Alimentos);
-  - Fortalecer os conselhos de direitos vinculados à Política Municipal de Direitos Humanos (mulheres, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, LGBTQIA+, povos indígenas, igualdade racial, população em situação de rua e segurança alimentar e nutricional);
-  - Instituir a política municipal de proteção dos direitos das pessoas com deficiências;
-  - Adotar uma política de tolerância zero contra o racismo, todas as formas de discriminação, preconceito, xenofobia e intolerâncias correlatas;
-  - Fortalecer a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e estabelecer parcerias com instituições filantrópicas para cuidados de longa permanência;
-  - Fortalecer a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando condições adequadas de funcionamento dos Conselhos Tutelares;
-  - Realizar ações de combate e enfrentamento ao trabalho infantil, à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes;
-  - Retomar a campanha Rio Branco sem Racismo, criada na gestão Marcus Alexandre, implementando políticas públicas de enfrentamento ao racismo institucional e estrutural, incluindo o combate à intolerância religiosa e o respeito às religiões de matriz africana

CULTURA

Ao longo dos últimos 30 anos, em um cenário oscilante de avanços e retrocessos, as gestões públicas da Cultura, impulsionadas e provocadas pela sociedade civil e movimento cultural, atuaram para criar e aprimorar as políticas culturais, ampliando processos de participação social, tais como conferências e consultas públicas.

O Sistema de Cultura de Rio Branco representa uma formulação contemporânea, participativa e democrática, devendo ser ampliada. Nesse sentido, Rio Branco foi uma das capitais pioneiras na criação de seu sistema, com ampla participação social no formato de Conselho de Cultura, inspirado nas identidades locais, em modos de vida dos povos indígenas e nas comunidades tradicionais.

A atual gestão municipal tem desprezado os instrumentos legais, que norteiam o Sistema Municipal de Cultura em Rio Branco, além de não manter diálogo com os fazedores de cultura. O que sustenta a produção cultural, até os dias atuais, é a força do seu sistema e a proatividade da comunidade cultural do município.

A retomada e a ampliação das políticas pelo Sistema de Cultura são pontos cruciais desta proposta para a gestão Marcus Alexandre. Representa compromissos com as pessoas, comunidades e com a totalidade do município, seja das áreas rurais ou das urbanidades.

A cultura estabelece transversalidades com áreas fundamentais como a Educação, o Turismo, a Infraestrutura Social e Urbana, o Esporte e o Meio Ambiente.

Entende-se a importância da cultura para se construir um projeto democrático de cidade, reconhecendo que a cultura é vetor de transformações, fortalecimento da integridade social e autoestima do povo. É hora de reconstrução, retomada e inovação das ações culturais em Rio Branco.

A retomada da execução das políticas culturais no município de Rio Branco terá a participação social e humanista e entenderá a cultura em suas três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Criar e estruturar a Secretaria Municipal de Cultura;
- Fortalecer a Fundação Garibaldi Brasil - FGB;
- Estabelecer o Calendário Cultural de Rio Branco, valorizando eventos já consolidados e fomentando o surgimento de novos;
- Realizar a Virada Cultural de Rio Branco e os festivais de música: Festival Estudantil da Canção (FEC) e Festival Universitário da Canção;
- Realizar o Festival de Cultura Cristã;
- Restabelecer, implementar e fortalecer as Políticas de Patrimônio Material e Imaterial de Rio Branco;
- Reestruturar espaços culturais municipais (Caçimão da Capoeira, Centro Cultural Lydia Hammes, Centro Cultural Nenem Sombra, dentre outros) e criar programa de ocupação multiartística, estabelecendo parcerias com entidades representativas de classe;
- Descentralizar eventos da cultura (Carnaval, Senadinho nos Bairros, festas juninas, festivais de teatro e dança, de capoeira, das culturas urbanas, cinema nos bairros, entre outros) promovendo o acesso das comunidades a bens, manifestações e serviços culturais, de modo fortalecer os bairros;
- Aprovar a Lei Municipal de Fomento e Valorização da Cultura Junina, assegurando recursos anuais para a realização do Circuito Junino e a construção dos espaços de ensaio e apresentação;
- Retomar, ampliar e fortalecer a programação do Aniversário de Rio Branco: Comenda Volta da Empresa, Prêmio Garibaldi Brasil de Literatura, Festival de Artes Visuais As Cores da Cidade, Festival de Música Autoral Sons da Cidade, entre outras ações;
- Reconhecer e fortalecer as comunidades e populações tradicionais de Rio Branco, em áreas urbanas e rurais, a exemplo das comunidades ayahuasqueiras, afro-brasileiras, ribeirinhas e indígenas etc.;
- Reconhecer e fortalecer novos segmentos e expressões culturais, a exemplo dos jogos eletrônicos (games), cultura geek, quadrinistas, comic (CCXP), dentre outros;
- Apoiar eventos no modelo Comic (CCXP), no qual estejam presentes os quadrinistas, desenhistas, colecionadores e praticantes de cosplay, além de roteiristas e escritores interessados no tema.
- Apoiar a realização de atividades promovidas pelas comunidades do hip-hop, rodas de rima, poesia e grafite, dentre outras, em parcerias com a Central Única das Favelas do Acre (Cufa) e outras organizações, visando a ocupação de espaços públicos;
- Estabelecer parceria com a Polícia Militar do Acre, através da banda de música, A Furiosa, para a formação de jovens músicos, no intuito de criar a futura orquestra sinfônica de Rio Branco;
- Buscar parceria com a Escola de Música para o ensino da música nas escolas municipais;
- Criar o Prêmio Municipal de Literatura para incentivar os jovens escritores.

MULHERES

Reconhecer o protagonismo das mulheres e dar centralidade a elas em quaisquer processos de desenvolvimento é fazer valer, de fato, o direito à igualdade preconizado na Constituição brasileira. Sendo assim, as propostas aqui apresentadas visam suprir lacunas e corrigir injustiças históricas.

Na atual gestão municipal não existe nenhuma unidade destinada exclusivamente às políticas para as mulheres, fragilizando o atendimento em Rio Branco.











Em 2023, cerca de 15,4% das adolescentes de Rio Branco se tornaram mães e houve um aumento de 100% no índice de feminicídio em relação a 2022. É vital combater as violências contra meninas e mulheres quando se objetiva alcançar uma sociedade de paz. Tanto é assim que um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 2030 refere-se à igualdade e o empoderamento de meninas e mulheres.

Por outro lado, as dificuldades de sobrevivência afetam principalmente as mulheres mães de família. O desemprego as afeta diretamente. Quaisquer ações afirmativas de ocupação de mão de obra terão de levá-las em consideração.

A política para mulheres deve visar construir a igualdade, a inclusão, a equidade e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas da sociedade patriarcal e excludente.

As propostas a seguir compreendem as dimensões dos cuidados, promoção e empoderamento das mulheres. Nosso propósito é tornar Rio Branco livre das violências contra as mulheres e de qualquer tipo de discriminação.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

-  - Consolidar as políticas públicas de defesa e promoção dos direitos de mulheres com deficiência, negras, indígenas em contexto urbano e outras diversidades;
-  - Ativar, no âmbito municipal, a rede de apoio e cuidados das mulheres vítimas de violência, somando à rede existente;
-  - Reestruturar a Casa Rosa Mulher, ampliando os atendimentos e serviços ofertados;
-  - Criar posto de atendimento e orientação às mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social, no Terminal Central;
-  - Intensificar as campanhas de combate à violência contra as mulheres, inclusive aquelas em parceria com a Patrulha Maria da Penha;
-  - Implantar um programa de capacitação para mulheres vítimas de violência, mães solo e mães de crianças com deficiência;
-  - Fomentar o empreendedorismo feminino urbano e rural, objetivando a geração de trabalho e renda e a autonomia econômica das mulheres;
-  - Fortalecer os programas de saúde das mulheres como o planejamento familiar, proteção à maternidade, pré-natal, aleitamento materno, prevenção e diagnóstico precoce de câncer de mama e útero, atenção à saúde mental das mulheres e recuperação de pessoas (homens e mulheres) com dependência de álcool e outras drogas;
-  - Buscar parcerias com o Poder Judiciário para realização do projeto Mulher Cidadã no município;
-  - Criar na Cidade do Povo, um polo de confecções de mulheres para produção de uniformes escolares, fardas dos trabalhadores da Prefeitura e roupas em geral.

ESPORTE E LAZER

A gestão Marcus Alexandre (2013 a 2018) revolucionou a área de esporte e lazer em Rio Branco. Além de criar a Secretaria de Esporte e Lazer (Semel), construiu 41 novos equipamentos esportivos e reformou outros 60 espaços, como também instituiu o Calendário Esportivo contendo aproximadamente 40 modalidades, com atividades realizadas o ano inteiro.

Dentre estas modalidades, destacam-se: Copão Comunitário, Campeonato da Imprensa, Campeonato Municipal de Futsal, Copa Gospel de Futebol de Salão, Torneio Municipal de Futebol Master, Corrida Pedestre "Volta da Empresa", Festival das Escolinhas de Futebol, Festival Esportivo das Casas Terapêuticas, Interpolos, Open de Ciclismo, Festival Municipal de Esportes Paralímpicos, Campeonato Municipal de Esportes Radicais, Campeonato Municipal de Handebol, Festival Municipal de Artes Marciais, Meeting Municipal de Atletismo, Campeonato Municipal de Basquete, Semana Esportiva do Gari, Torneio de Futsal do Servidor Municipal, Aniversário da Cidade, Corrida Infantil, Catraçada, Triathlon Rio Branco, entre outros eventos.

Um dos principais destaques da gestão Marcus Alexandre foi a realização do Copão Comunitário, o maior campeonato municipal de futebol amador do Acre e um dos maiores da Região Norte. Este evento envolveu mais de 10 mil pessoas, contou com a participação de 166 equipes das regionais urbanas e rurais. O evento mobilizou mais de 4.200 atletas e cerca de 400 dirigentes, com até 45 partidas realizadas por final de semana, durante os três meses de competição.

A retomada das políticas de esporte e lazer na esfera federal propiciou um cenário favorável ao desenvolvimento das manifestações desportivas em todas as suas dimensões.

Infelizmente, a gestão municipal atual não aproveitou o momento favorável e negou à população rio-branquense o acesso ao direito social do esporte e do lazer, preconizados na Constituição Cidadã de 1988, em seu artigo 6º. Assim sendo, o desenvolvimento de ações estratégicas, com uma gestão que torne o esporte acessível a toda a população, é uma tarefa inadiável e um compromisso social e político.

Marcus Alexandre, durante sua gestão, estabeleceu uma conexão permanente com as comunidades, atletas, esportistas, dirigentes, profissionais e demais fazedores e militantes desta causa. Com efeito, a política pública de esporte e lazer revelou-se um dos melhores instrumentos de inclusão social e desenvolvimento humano. Portanto, a retomada dessas ações é essencial para a próxima gestão.

A implementação de uma política pública de Esporte e Lazer na cidade de Rio Branco precisa ser relevante; ser permanente; ser contínua; ser sustentável; ser abrangente; ser democrática e ser estruturada.

A atual gestão municipal, contudo, não apresentou nenhum avanço nestas áreas e promoveu um lastimável retrocesso nos programas e projetos em execução.

A infraestrutura de esporte e lazer existente foi extraviada, abandonada e subutilizada; inclusive, com a descontinuação dos mecanismos de financiamentos e o calendário de eventos e atividades esportivas e de lazer, como o Calendário Esportivo Municipal.

A descontinuidade das ações da atual gestão municipal ocasionou a perda de recursos oriundos de convênios com o então Ministério do Esporte, firmados na gestão de Marcus Alexandre.

Por outro lado, também não aportou os investimentos necessários para o fortalecimento do esporte e lazer no município, tendo, inclusive, descontinuado programas consolidados como o Calendário Esportivo e o Copão Comunitário. Deixou de executar convênios já pactuados com o Ministério dos Esportes, na ordem de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), entre os quais o Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC), Circuito de Capoeira, Artes Marciais, Esportes Radicais e Corridas e de Iniciação Esportiva.

Como mencionado, dos 101 equipamentos esportivos construídos e reformados entregues à comunidade durante a gestão Marcus Alexandre, a maior parte deles se encontra quebrada e abandonada, como quadras simples, quadras poliesportivas (cobertas e descobertas), ginásios, campos de futebol, campos de futebol society, campos de grama sintéticas, parques urbanos, playgrounds, Academias da Comunidade e de Saúde, Cidade da Criança, Arena Race de Esportes Radicais, skates parques, Centro de Iniciação Esportiva (CIE), para citar alguns deles.

Vale ressaltar que em três anos e meio da atual gestão, nenhum avanço quantitativo de equipamentos esportivos e de lazer aconteceu.

Diante do exposto, é fundamental recuperar os investimentos, bem como garantir a ampliação dos recursos do Fundo Municipal de Esporte e Lazer e outros investimentos, como forma de repor o protagonismo do movimento esportivo, além de oportunizar o atendimento da política esportiva a todos os munícipes. Com esse compromisso, apresentam-se, a seguir, as propostas para a área de Esporte e Lazer resultantes de ampla consulta popular, por meio dos diálogos que foram realizados de forma democrática com os fazedores, dirigentes, profissionais e praticantes de esporte na nossa cidade.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Reestruturar a Secretaria de Esporte;



- Estabelecer o Calendário Esportivo de Rio Branco, com competições das mais diversas modalidades, incentivadas e apoiadas pela Prefeitura ao longo do ano (vôlei, basquete, futebol, futsal, handebol, atletismo, artes marciais, ciclismo, fisiculturismo, X1 e X2, beach ténis, futevôlei, airsoft, pickleball, badminton, e-sport (jogos eletrônicos), dentre outros;



- Recuperar, revitalizar e ampliar equipamentos esportivos e de lazer na cidade, a exemplo do Montanhês, Placas, Wanderley Dantas, Andirá / Cruzeiroirinho e ramal São João;

- Retomar imediatamente o Copão Comunitário, com a participação de mais de 150 equipes dos bairros da cidade;

- Apoiar as escolinhas de futebol nos bairros e comunidades, com material esportivo e estrutura dos campos;



- Construir um Centro de Esporte e Lazer no campo da Embrapa, na Vila Acre;

- Firmar acordos de cooperação técnica com universidades, a fim de proporcionar campos de estágios obrigatórios e remunerados para estudantes de Educação Física;

- Apoiar projetos e iniciativas individuais e comunitárias de forma a contribuir para o aprimoramento esportivo de atletas e paratletas de rendimento;



- Firmar convênios de cooperação para fortalecimento das categorias de base dos clubes de futebol profissional;

- Propiciar o acesso ao esporte e lazer voltado ao atendimento intergeracional e de pessoas com deficiência;



- Inserir a área rural nos programas, projetos e atividades de esporte e lazer e no calendário esportivo;

- Realizar a Semana de Artes Marciais e o Festival Municipal de Artes Marciais (jiu jitsu, judô, taekwondo, karatê, kung fu, dentre outros);



- Criar o Programa Domingo no Parque, ocupando o Parque da Maternidade com atividades esportivas;

- Criar o Programa Circuito de Corridas de Rua;

- Realizar os Jogos Escolares Municipais de Rio Branco;

- Apoiar os Jogos Universitários, em parceria com as atléticas e as instituições de ensino superior;



- Reformar e reestruturar o campo de futebol da Cidade do Povo, com a construção de arquibancada e outros espaços;

- Reestruturar as atividades da Arena Raça de Esportes Radicais e realizar a segunda etapa dos investimentos (arquibancada, iluminação, dentre outros);



- Revitalizar o Centro de Iniciação ao Esporte Olímpico (CIE) no Aeroporto Velho - Baixada;

- Construir a cobertura das quadras de grama sintética e poliesportivas, a exemplo do Tangará, Manoel Julião e Santa Cecília;

- Construir novas academias comunitárias

- Construir cobertura na quadra de esportes do bairro João Eduardo e reformar praça, na Baixada.

COMPROMISSOS
ESPORTE

JUVENTUDE

Investir na juventude como protagonista do seu tempo foi uma marca das gestões de Marcus Alexandre. Priorizou-se a formação técnica, a inclusão social produtiva e a inserção dos jovens no mercado de trabalho, além de se investir em novos espaços dedicados especialmente a eles.

Um dos destaques das gestões foi a implementação da passagem de R\$ 1 para os estudantes, uma iniciativa que perdura até hoje. Essa medida não apenas reduziu significativamente os custos de transporte para as famílias dos jovens, mas também ampliou o acesso dos estudantes à cidade fora do período de aula. Isso possibilitou que eles participassem de atividades culturais, esportivas e de lazer, contribuindo para seu desenvolvimento e maior integração na comunidade.

Também merece realce, a volta do Festival Estudantil da Canção (FEC), proporcionando acesso à cultura e lazer aos estudantes da capital. Outra ação importante inclui a realização anual da Semana Municipal da Juventude, um ambiente de integração dos jovens com cultura, esporte e lazer.

O RB Grafitti, uma semana de atividades pela cidade, trazia referências nacionais do grafite para disseminar seus conhecimentos gratuitamente. Paralelo a isso, ocorriam oficinas de poesia, hip-hop e breakdance. O resultado desse projeto era uma cidade mais bonita, com as artes produzidas durante a semana, e jovens mais conscientes e habilidosos na arte que os atraía.

O Programa Municipal Bolsa-Estágio gerou inclusão no mercado de trabalho para mais de 1.200 jovens. Além da formação para o mercado de trabalho, o programa promoveu educação inclusiva e combate à drogadição.

Destaca-se ainda a construção da Praça da Juventude, na Cidade Nova, um espaço multiuso de socialização, prática de esportes e protagonismo para os jovens de Rio Branco. Uma marca deixada nas primeiras gestões Marcus Alexandre foi o Copão Comunitário. Essa competição entre times de bairros levou o acesso ao esporte para as comunidades da capital, promovendo a interação entre jovens e a cultura do respeito e da paz, além de proporcionar um dia de lazer nas datas dos jogos.

As ações esportivas não se restringiram apenas ao Copão. Cerca de 40 modalidades desportivas, apoiadas pelo poder público, eram praticadas regularmente pela juventude da capital.

De acordo com o Estatuto da Juventude, os jovens são definidos como indivíduos entre 15 e 29 anos. Esta fase crucial da vida, na qual são feitas escolhas para o futuro, é marcada por desafios relacionados à educação, renda, saúde, lazer e cultura.

Cabe à Prefeitura colaborar para construir alternativas para que os jovens tenham os meios necessários para perseguir seus sonhos, viver de forma plena e resolver suas questões mais imediatas.

Infelizmente, a realidade dos jovens de Rio Branco, atualmente, é a do mais completo abandono por parte do poder público municipal. Não há atividades da Prefeitura direcionadas a esse segmento e nenhuma política ou ação exclusiva para eles.

As praças da juventude estão abandonadas e as atividades como cursos e capacitações, quando oferecidas, não têm abrangência. Muitos jovens deixam a cidade em busca de melhores oportunidades em outros estados, indicando que Rio Branco não oferece perspectivas para seu futuro. É lamentável que o sonho de muitos jovens rio-branquenses seja ir embora daqui.

A criminalidade é outro grande desafio e os jovens são os mais afetados. Para muitos, a entrada no mundo do crime é reflexo do abandono e da busca por soluções para suas dificuldades financeiras. A adesão à criminalidade não é, portanto, mero desvio de conduta, mas um sintoma grave da falta de apoio do poder público. Resolver essa questão requer Políticas Públicas de Juventude (PPJs) que ofereçam alternativas viáveis.

A cultura, que é uma ferramenta essencial, para os jovens foi excluída das ações da atual gestão. Os equipamentos de uso da juventude estão sucateados, com destaque para a Praça da Juventude que já foi, outrora, um espaço privilegiado. Agora, não há atividades que integrem o equipamento com a sociedade.

Esses exemplos mostram a importância de se ter um gestor municipal comprometido com a juventude. Ser jovem é experimentar um mundo de incertezas e ter vontade de viver intensamente. Uma Prefeitura não pode deixar os jovens à própria sorte, acreditando que tudo se resolve apenas pelo mérito individual. A verdade é que cada bairro tem suas próprias realidades e necessidades urgentes.

Ser Prefeito é compreender que tanto a cidade quanto a juventude são plurais. É preciso coragem para tomar decisões e empatia para entender as questões.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Construir Praça da Juventude na Baixada, no entorno dos bairros Cabreúva e Boa União;
- Revitalizar a Praça da Juventude, no Bairro Cidade Nova assegurando o funcionamento pleno dos laboratórios de informática, salas de teatro, bibliotecas, pistas de skate e bicicleta, quadras poliesportivas, desenvolvendo ações de esporte, cultura, lazer, leitura, cinema, cursos profissionalizantes e oficinas etc.;
- Reativar o Programa Municipal Bolsa-Estágio e Brigadas Jovens para estudantes do ensino médio e universitários, com o objetivo de inserir jovens no mercado de trabalho, promovendo inclusão e formação profissional;
- Recriar o Festival Estudantil da Canção (FEC) e Festival Universitário da Canção, envolvendo escolas urbanas e rurais;
- Fortalecer o RB Grafitti, evento dedicado à cultura urbana, com hip-hop, poesia, slam e cultura de rua em geral, envolvendo a juventude em atividades culturais vibrantes;
- Realizar a Semana da Juventude com atividades culturais e capacitações direcionadas ao público jovem;
- Criar o calendário de batalhas de rima, com o campeonato municipal de rima e incluindo batalhas nos bairros e adequação de espaços;
- Manter a passagem a R\$ 1 real no transporte coletivo para os estudantes, implementado em 2013 na gestão Marcus Alexandre;
- Reativar o Programa Internet Livre (wifi) na Praça da Revolução, Terminal Central e expandi-la para os principais locais públicos de concentração de jovens;
- Promover o empreendedorismo entre os jovens de Rio Branco, incentivando a criação de novos negócios, startups e iniciativas sociais, visando gerar renda e promover o espírito empreendedor dos jovens;
- Organizar torneios de e-Sports e jogos online;
- Criar curso preparatório para o Enem, de forma híbrida, com aulas presenciais e em plataforma online, dirigido para jovens de periferia;
- Realizar curso de aprendizagem de instrumentos musicais, em parceria com igrejas e associações de bairros;

Ações de parceria na Segurança Pública

A segurança pública é responsabilidade de todos e dever do Estado. A colaboração para a manutenção de uma sociedade segura deve partir de todos os órgãos constitucionalmente definidos, dentro dos seus respectivos níveis de atuação, inclusive com a ampla participação da sociedade.

A segurança pública deve ser realizada por meio de estratégias de atuação preventiva, de médio e longo prazos, com adoção de ações integradas, voltadas para a construção de um ambiente social harmônico e seguro.

A criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), em 2018, atribuiu aos municípios a responsabilidade de promover a segurança pública, em virtude da atuação das Prefeituras junto à realidade das pessoas e comunidades.

A atuação municipal deve ser focada na prevenção primária, com estratégia centrada em ações dirigidas ao ambiente físico e social, especialmente a fatores que podem aumentar ou diminuir os riscos de crimes e violências na cidade.

Nesse contexto, é necessária a presença efetiva das políticas públicas na comunidade, especialmente no ambiente escolar, estreitando laços e aproximando crianças e adolescentes do Sistema de Segurança Pública, com o objetivo de promover a cultura de paz e minimizar conflitos, proporcionando um ambiente saudável e seguro.

Rio Branco é uma cidade que possui elevados índices de criminalidade e violência. A população vive em constante sensação de insegurança. Os indicadores de Mortes Violentas Intencionais (MVI) de 2023 demonstram que, nesse ano, em Rio Branco, houve 102 homicídios e 217 tentativas de homicídio, dos quais 40% dos casos registrados foram de feminicídio. Quanto aos casos de suicídios, os números aumentaram 43% em comparação a 2022.

Em virtude desse quadro estarrecedor, é preciso avançar com ações voltadas à redução das desigualdades sociais, que promovam oportunidades de emprego e renda, incentivem a prática esportiva, a cultura, a educação e o bem-estar social, combatendo a violência desde o ambiente familiar, com atividades de segurança pública preventiva, ostensiva e reativa.

Deste modo, a gestão Marcus Alexandre atuará de forma colaborativa e integrada com os demais atores e órgãos participantes do Sistema de Segurança Pública, para proporcionar maior eficiência ao enfrentamento à criminalidade, por meio de investimentos em inteligência e atividades com as comunidades escolares, religiosas, dentre outras.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Garantir o policiamento em parques, praças, terminais de ônibus, mercados municipais e áreas de grande circulação de pessoas, em parceria com a Polícia Militar;
- Fortalecer o convênio com a Polícia Militar visando reconvocação dos policiais da reserva, ampliação do banco de horas e melhoria do subsídio a ser pago pela Prefeitura;
- Implantar até 2028 a Guarda Civil Municipal, tendo como atividades: proteção de escolas e creches, unidades de saúde, prédios públicos, agente público e patrimônio municipal;
- Retomar o policiamento escolar preventivo nas escolas municipais, em parceria com a Polícia Militar;
- Implantar um sistema de monitoramento com reconhecimento facial em locais de maior movimentação;
- Retomar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) nas escolas municipais;
- Fortalecer as ações do Conselho Municipal de Segurança Pública;
- Elaborar o Plano Municipal de Segurança Pública;
- Melhorar o sistema de iluminação pública, para evitar a ocorrência de ruas totalmente escuras;
- Implantar projetos sociais em comunidades através de parcerias com instituições da Segurança Pública, a exemplo de: Coral para Crianças e Jovens; Banda de Música infantil; Projeto Guardiões da Natureza e Guarda Mirim.

EMPREENDEDORISMO, PRODUÇÃO E INOVAÇÃO



TURISMO

O turismo é, sem dúvida, uma das atividades econômicas mais importantes para muitas cidades brasileiras, incluindo Rio Branco, a capital mais ocidental do Brasil. A cidade tem um potencial turístico significativo devido à sua rica cultura, história e beleza natural.

Rio Branco é conhecida como o berço das religiões ayahuasqueiras, um aspecto cultural único que atrai visitantes de todo o mundo. A cidade é famosa, ainda, por suas figuras geométricas de diferentes formas, conhecidas como geoglifos, que são um testemunho fascinante da história antiga da região. A cidade pode oferecer uma oportunidade para observar a flora e a fauna da Amazônia, proporcionando uma boa experiência para os visitantes.

Estrategicamente localizada no centro da América do Sul, Rio Branco possui rodoviária e aeroporto internacionais. Isso coloca a cidade em uma posição vantajosa para se tornar um hub turístico na região. A cidade é base para algumas modalidades de turismo, incluindo etnoturismo, com festivais indígenas; ecoturismo, que permite aos visitantes explorar a rica biodiversidade da região; turismo de aventura; turismo de experiência, que permite aos visitantes mergulhar na cultura e tradições locais; turismo de base comunitária, que envolve a comunidade local no desenvolvimento turístico.

O turismo pode contribuir significativamente para a economia local promovendo desenvolvimento social, sustentável e econômico, geração de emprego e renda e inclusão social. Pode, também, desempenhar um papel importante na preservação dos bens naturais, históricos e culturais do município. Assim, é essencial investir e desenvolver estratégias eficazes para promover o turismo na cidade, a fim de maximizar seu potencial e garantir um futuro sustentável para todos.

Atualmente, a ausência de políticas públicas para o setor é um elemento limitante da atividade turística em Rio Branco, assim como a inexistência de dados estatísticos confiáveis e atualizados sobre o turismo na região.

Por sua vez, a infraestrutura da cidade não é compatível com o florescimento do turismo em Rio Branco e a malha de transporte aéreo atual é ineficiente, o que pode dificultar a chegada de visitantes ao destino.

Por outro lado, o rico potencial turístico dos países andinos que fazem fronteira com o Acre tem sido subutilizado na conexão com o turismo local (Peru e Bolívia).

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Buscar parcerias para certificar Rio Branco como destino sustentável;
- Promover ações e investimentos para que o Parque Chico Mendes seja um dos principais destinos turísticos da cidade;
- Implementar um programa de acessibilidade e sinalização turística, para melhorar a infraestrutura turística e torná-la mais acessível para todos os visitantes;
- Reativar o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) no aeroporto e rodoviária;
- Implementar pontos gratuitos de acesso à internet em locais estratégicos para facilitar a conectividade dos visitantes;
- Revitalizar o Novo Mercado Velho, com programação cultural permanente;
- Valorizar os parques ambientais urbanos e sítios arqueológicos (Geoglifos) para atrair mais visitantes interessados em natureza e história;
- Desenvolver uma marca de marketing para o turismo em Rio Branco;
- Consolidar o calendário de eventos turísticos, incluindo e valorizando o turismo étnico-religioso, a exemplo da ayahuasca;
- Estabelecer diálogo permanente com o trade turístico para o seu desenvolvimento (redes de hotéis, restaurantes, casas noturnas e demais empreendimentos de entretenimento e lazer);
- Desenvolver parcerias voltadas para o desenvolvimento do turismo internacional (Peru e Bolívia);
- Criar o site do turismo com informações sobre atrações, atividades e serviços turísticos disponíveis em Rio Branco.

Economia Popular, Solidária, Criativa e Cooperativismo

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) dão conta de que a cidade de Rio Branco é a quarta capital brasileira com maior índice de desemprego da força de trabalho. Com efeito, 13% da população economicamente ativa está desempregada na capital.

O setor público nas três esferas dá mostras de saturação na absorção da mão de obra que chega anualmente em busca de ocupação.

Por sua vez, a economia da cidade de Rio Branco não dispõe de grandes empreendimentos fabris ou agropecuários demandantes intensivos em mão de obra. A grande maioria das atividades geradoras de emprego são oriundas de pequenas e micro unidades, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

É sensato, portanto, que o poder público municipal se volte para a geração de emprego e renda para o contingente de desempregados, apontando saídas que incorporem essa população. Neste sentido, é apropriada a opção por atividades que possam estar ao alcance das famílias necessitadas de ocupação e torna-se imprescindível a melhoria do ambiente de negócios na capital, que implica na facilitação e ampliação do ambiente das Micro e Pequenas Empresas (MPE).

De acordo com a Junta Comercial do Estado do Acre, Rio Branco possui 12.168 microempreendedores individuais (MEIs) ativos atuando em diversas atividades da economia do município. Na gestão Marcus Alexandre essa preocupação materializou-se na simplificação dos processos de abertura de empresas, que passaram de meses para dias. Recentemente, a publicação da Lei da Liberdade Econômica constituiu um marco importante que visa facilitar o ambiente de negócios e promover o empreendedorismo. Esta lei representa um passo significativo no desenvolvimento dos pequenos negócios, mas demandará muito esforço local para ampliar o número de atividades de baixo risco e apoio às equipes em cada uma das secretarias envolvidas com a atividade.

A complexidade nos processos de licenciamento das atividades tem sido um constante entrave para os empreendedores. É necessário melhorar o ambiente para as MPEs através da simplificação dos processos de licenciamento. Isso poderá ser alcançado por meio de maior ênfase na educação sanitária, ambiental e de segurança. Ao minimizar os riscos e promover um ambiente mais cooperativo, pode-se criar um ambiente de negócios mais favorável para todos.

Por sua vez, não há aliança entre as ações da Prefeitura e as iniciativas já em curso no âmbito do cooperativismo local. Não há, também, a otimização de recursos que maximizem o impacto positivo nas comunidades de uma relação com o sistema OCB/Sescoop e demais instituições que atuam na área.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Criar o Programa Municipal de Microcrédito Popular e Produtivo – Prosperar, facilitando o acesso dos pequenos empreendimentos às linhas de Microcrédito Popular e Produtivo;
- Firmar parceria com o Sebrae no intuito de capacitar os empreendedores sobre gestão de negócios nas áreas contábeis, financeiras, recursos humanos, marketing digital, qualidade dos produtos e serviços, acesso aos mercados, dentre outros;
- Destinar recursos para o microcrédito popular e produtivo direcionado a empreendedores que não têm acesso aos serviços oferecidos pelas instituições bancárias;
- Desenvolver o programa Comunidade empreendedora, solidária, criativa e coletiva, estimulando a criação de incubadoras de empreendimentos solidários com orientações para grupos da economia solidária e criativa nas zonas rurais e urbanas;
- Criar programa de feiras de promoção, apoio e comercialização de produtos e serviços de apoio aos pequenos negócios, realização de feiras de negócios, culturais e temáticas;
- Criar programa municipal de incentivo ao artesanato, com a realização de feiras/eventos e revitalização de espaços de comercialização;
- Recriar o Centro de Artesanato, que existia ao lado do mercado Rui Lino;
- Apoiar e incentivar o cooperativismo no município, fortalecendo a gestão e a governança das cooperativas e buscar parcerias para facilitar o acesso ao crédito;
- Ampliar oportunidades de negócio, promovendo a inserção de cooperativas em novos mercados locais, nacionais e internacionais;
- Firmar termo de cooperação técnica com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e Sebrae, para fortalecimento da agricultura familiar;
- Revisar o modelo de gestão do Shopping Aquiry para a administração direta, integrá-lo ao Terminal Central e assegurar ampla programação cultural, mídia, entretenimento e serviços na praça de alimentação.

Produção Rural e Agronegócio

A gestão Marcus Alexandre representou avanço significativo para o desenvolvimento do setor produtivo de Rio Branco. Além dos investimentos em infraestrutura, destacou-se a manutenção de ramais, pontes e bueiros, garantindo assistência técnica e mecanização de áreas produtivas, como também melhoria significativa na comercialização. A Central de Comercialização e Abastecimento (Ceasa) foi colocada em pleno funcionamento, os mercados municipais foram reestruturados com fortalecimento das feiras nos bairros, impulsionando a economia local e promovendo a integração entre a cidade e o campo.

O desenvolvimento do Programa de Melhoria de Ramais foi fundamental para beneficiar anualmente mais de 4.000 famílias em diversas comunidades. Junto a esse programa, investiu-se na mecanização de áreas produtivas, renovando terras degradadas e aumentando a produtividade.

A melhoria dos ramais, aliada aos investimentos na infraestrutura dos pontos de comercialização, fortaleceu substancialmente a política de assistência à produção rural do município, que abriga a maior parte da produção de hortifrutigranjeiros no Cinturão Verde. Essa integração permitiu oferecer alimentos de qualidade a preços acessíveis para as famílias.

A Ceasa Rio Branco consolidou-se durante a gestão Marcus Alexandre, com melhorias consideráveis no abastecimento e na comercialização em atacado no estado do Acre. Contribuiu-se para promover e garantir o direito à segurança alimentar e nutricional, beneficiando produtores de todos os portes, comerciantes e a sociedade em geral.

Foram revitalizados 12 mercados, que abrigavam 750 concessionários, integrando-os em um sistema para a comercialização de hortifrutigranjeiros e pescados. Destacou-se também a criação do Mercado do Peixe, proporcionando uma infraestrutura adequada tanto para vendedores quanto para compradores.

Para impulsionar ainda mais a produção e o consumo de produtos locais, foram organizadas semanalmente 48 feiras de bairros, viabilizando o trabalho de 600 feirantes e levando os produtos diretamente do produtor para a mesa das famílias.

Além disso, implementou-se o programa "Prefeitura na Comunidade", oferecendo atendimentos de saúde, emissão de documentos, lazer, esporte e outros serviços diretamente nas comunidades rurais.

A produção de hortifrutigranjeiros que possuía aptidão produtiva mais vantajosa foi fortalecida, ampliando a produção com os investimentos em micro tratores, cultivo protegido e irrigação. Por sua vez, a situação atual da produção, comercialização e infraestrutura rural em Rio Branco apresenta uma série de desafios que requerem atenção urgente e ação coordenada. Destacam-se os principais pontos:

Descontinuidade na estratégia de Integração entre Ceasa, mercados municipais e feiras de bairros, resultando na deterioração desses espaços. A Ceasa, que anteriormente era o centro da comercialização, agora é espaço dominado por particulares, e suas instalações foram transformadas em uma oficina para caminhões quebrados;

Falta de transporte regular para distribuição da produção, prejudicando a cadeia de abastecimento e impactando diretamente os agricultores e consumidores;

Descaso na manutenção da malha de ramais. A atual malha possui aproximadamente 2.500 km, em que a maioria enfrenta negligência por parte da administração atual, com poucos esforços dedicados à sua manutenção. Os trechos recuperados não atendem às necessidades da estratégia produtiva e nem se alinham aos principais eixos de circulação e integração;

Quanto aos ribeirinhos, estes foram esquecidos pela administração, com exceção de algumas comunidades que mantêm a limpeza própria de seus rios e igarapés. A maioria dessas vias fluviais tornou-se intratável devido à falta de manutenção e investimento;

A Economia Solidária enfrenta diversos desafios que precisam ser superados para alcançar seu pleno potencial. Entre os principais obstáculos estão a falta de acesso a financiamento adequado, a necessidade de capacitação técnica e gerencial dos trabalhadores e a dificuldade de acesso a mercados competitivos. É essencial enfrentar a carência de políticas públicas efetivas que promovam a inclusão social e econômica e combatam a falta de infraestrutura para a comercialização dos produtos. A ausência de reconhecimento e valorização social dos empreendimentos solidários por parte da gestão municipal também representa um desafio significativo;

A falta de estratégia produtiva e a coordenação entre instituições é evidente. Há uma carência de ações de apoio, assistência técnica e parcerias com instituições relevantes. A Prefeitura parece isolada de qualquer ação coordenada por outros órgãos dos governos estadual e federal, dificultando o progresso e o desenvolvimento rural;

Por fim, identifica-se uma grande desorganização na pesca artesanal no município de Rio Branco.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Estabelecer o Calendário Agrícola Municipal, de acordo com as cadeias produtivas e assegurar aplicação de tecnologias na produção agrícola, como mecanização da terra, aradagem, destoca e calcário para correção do solo;
- Criar o Departamento Municipal de Manutenção de Ramais, Pontes e Bueiros;
- Criar Programa Municipal de Agroindústria para a agricultura familiar e comercialização dos produtos;
- Criar o Departamento Municipal de Apoio ao Agronegócio na Secretaria de Agricultura;
- Criar por lei a Sede da Prefeitura na Estrada Transaereana, com pessoal e equipamentos permanentes para manutenção de ramais, apoio à produção, assistência técnica e social;
- Realizar limpeza de rios e igarapés visando à melhoria no fluxo de transporte e a qualidade de vida das comunidades ribeirinhas;
- Construir portos e escadarias nos principais locais de atracagem dos ribeirinhos, facilitando o acesso ao transporte fluvial, como exemplo o porto da Ceasa, Boa Água (Limoeiro), Ramal do Noca, Seis de Agosto e Mercado Elias Mansour;
- Implementar programa de acudagem, tanques, poços rasos e profundos (artesianos) e sistema de águas pluviais para enfrentar períodos de seca e estiagem;
- Ampliar e garantir o apoio para o funcionamento das feiras nos bairros, assegurando gratuidade do transporte, montagem das barracas e banheiro químico;
- Garantir gratuidade e manutenção da balsa na travessia do Benfica com Moreno Maia;
- Ampliar e modernizar a Ceasa;
- Estabelecer parceria com a Embrapa, Ufac e Ifac para realização de estudos de análise de solos e água;
- Credenciar a Prefeitura de Rio Branco como órgão de Assistência Técnica Rural (Ater) e emissor de Cadastro da Agricultura Familiar (CAF);
- Recuperar o Banco de Alimentos Municipal;
- Reestruturar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), para garantir e ampliar a comercialização dos produtos com qualidade sanitária;
- Reorganizar e expandir a Feira do Peixe;
- Fortalecer o Programa de Hortas Comunitárias, com apoio às existentes e novas implantações, a exemplo Cidade do Povo;
- Fortalecer o programa de compras governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE);
- Fortalecer a agricultura familiar, por meio da incorporação de produtos extrativistas na alimentação escolar, aquisição de produtos para sacolões e no cardápio do Restaurante Popular;
- Conduzir a obra do Mercado Elias Mansour com revisão do projeto e diálogo com comerciantes e produtores;
- Construir o Mercado Municipal do São Francisco;
- Reformar o Mercado da Semsur, na Baixada;
- Fortalecer a pesca artesanal, modernizando seus equipamentos de trabalho.

NEGÓCIOS INOVADORES E SERVIÇOS DIGITAIS

O município de Rio Branco, assim como a grande maioria dos municípios brasileiros, apresenta um crescimento populacional significativo, principalmente na área urbana. Esse fenômeno resulta na concentração de grande parte da população e da força de trabalho ativa nos centros urbanos.

A busca por espaço no mercado de trabalho é o grande desafio de parte da população ativa, principalmente dos milhares de estudantes dos ensinos superior e profissionalizante que frequentam as instituições de ensino públicas e privadas de Rio Branco.

Atualmente, tornou-se comum encontrar famílias nas quais pelo menos um membro migrou para outro estado em busca de melhores condições de vida. Destacam-se os estados de Santa Catarina e Paraíba como os preferidos por quem procura melhores oportunidades.

Essa nova realidade é impulsionada pela ausência de políticas públicas voltadas para a geração de oportunidades de emprego e renda. A migração, nesse contexto, surge como uma estratégia de inserção no mercado de trabalho e de busca por um futuro mais promissor, ainda que implique na separação familiar. O Acre tornou-se pela primeira vez em sua história uma área de emigração.

Esse cenário não pode ser ignorado pelo poder público, como vem sendo feito pela atual gestão municipal. Este decréscimo de habitantes foi apontado no último Censo Populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) 2022. Há, de fato, uma saída expressiva de pessoas, em especial de jovens que deixam Rio Branco anualmente.

O ambiente de inovação e aprendizagem, que vinha sendo implantado no município na gestão Marcus Alexandre, foi totalmente descontinuado e, hoje, esse tema praticamente não existe na gestão atual.

A gestão Marcus Alexandre criou, em 2017, o Instituto de Tecnologia (ITEC), embrião para o fomento de um ecossistema de inovação e aprendizagem. O Instituto visava a integração e cooperação entre diversos entes, como empresas privadas e instituições como o governo do Estado, Sebrae, Ufac e Ifac, que, juntamente com a Prefeitura, mantinham um ambiente de incentivo às empresas inovadoras com foco em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Com o intuito de potencializar as capacidades produtivas dos empreendedores locais e fomentar um ambiente com mais oportunidades, propõem-se ações para a promoção da cultura inovadora. Está terã como objetivo apoiar as empresas de TIC e startups, assim como prestar suporte aos trabalhadores de aplicativos de entrega, hoje invisíveis aos olhos do poder público municipal.

Embora a Inovação seja mencionada como um componente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Tecnologia e Inovação (SDTI), não foram implementadas políticas ou ações específicas que abordassem esse tema crucial para a sociedade rio-branquense.

Além disso, destaca-se a ausência de um marco legal no contexto da gestão municipal, o que representa um obstáculo adicional para a implementação de estratégias de inovação eficazes.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Elaborar Lei de Inovação do Município, para incentivar o desenvolvimento tecnológico e de inovação, com apoio para empresas de e-commerce e tecnologia;
- Incentivar e promover eventos de inovação, como feiras, workshops, conferências etc.;
- Articular, junto com Ufac, Ifac, Sebrae, governo do Estado etc., a criação de um Parque Tecnológico de Rio Branco;
- Criar o Coworking Municipal, voltado para pequenas empresas e startups, com espaço para gravação de podcasts, ambiente para testes de inovações e ambientes compartilhados;
- Ofertar cursos, oficinas e mentorias para os trabalhadores de entrega por aplicativo.

GESTÃO TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA



Gestão, Transparência e Controle

A capital acreana está distante dos grandes centros do país, por isso precisa contar com infraestrutura e logística próprias, para contribuir favoravelmente com seu crescimento e desenvolvimento. É necessário prospectar, desenvolver e fomentar inovações para que a gestão utilize soluções sustentáveis e criativas, com foco na excelência do atendimento à população para a consolidação de uma cidade inteligente, resiliente e humana.

Para tanto, é necessário que a gestão seja um instrumento essencial para o funcionamento do município, cujas finanças públicas não apenas assegurem a manutenção da administração e dos serviços públicos, como, também, possam ter influência na economia local, corrigindo seus desequilíbrios. A capacidade de lidar com a gestão, a transparência e a prestação de contas, garantem a correta utilização dos recursos públicos disponíveis e o cumprimento das obrigações legais.

Rio Branco sofre nos últimos anos com uma administração ineficiente. Este fato, no entanto, oferece ao futuro gestor a oportunidade de implementar mudanças substanciais que a atualize e a torne numa máquina eficiente, moderna e mais acessível à sociedade.

A geração de emprego deve ser uma das prioridades do poder público, que tem papel essencial na promoção do desenvolvimento, através de obras, serviços e bens que beneficiem diretamente a população.

A administração pública municipal é importante geradora e indutora de postos de trabalho na economia local. Neste sentido, serão utilizadas em sua plenitude as Licitações Públicas, como determina a lei, incluindo nos Editais medidas de proteção às empresas locais.

Na gestão Marcus Alexandre, as licitações serão a regra e as caronas de outros estados serão exceção. Os recursos circularão na economia local, evitando-se a transferência de riqueza para outros estados.

Para prover as obras que a cidade de Rio Branco necessita, em função dos graves problemas existentes, especialmente nos bairros periféricos, se faz urgente a necessidade de ampliar as receitas do Município. Também serão criadas medidas que fortaleçam as empresas locais e atraiam novos empreendimentos, no sentido de propiciar a inclusão social, a qualificação da mão de obra local e o aprimoramento da infraestrutura do município.

No quesito transparência, a gestão Marcus Alexandre criou o Portal da Transparência onde as informações orçamentárias, financeiras e contábeis realizadas pela Prefeitura eram disponibilizadas de forma online, para escrutínio de todos os cidadãos interessados.

Como resultado, a Prefeitura de Rio Branco conquistou vários prêmios nacionais. Em 2015, por exemplo, obteve o 1º lugar no ranking das capitais e entre todos os municípios brasileiros na Escala Brasil Transparente, conforme avaliação elaborada pela Controladoria Geral da União – CGU. Alcançou, também, a 11ª colocação entre as capitais no ranking da Transparência do Ministério Público Federal - MPF. Rio Branco tornou-se referência nacional.

A atual gestão infelizmente fracassou em manter os níveis anteriores de transparência, resultando em uma péssima pontuação em recente pesquisa da Transparência Internacional - Brasil que colocou Rio Branco em humilhante 22ª colocação dentre as capitais brasileiras no Índice de Transparência e Governança Pública. Isso indica uma falta de prestação de contas e acesso público às informações relevantes sobre as atividades do governo municipal, ou seja, transparência deficiente.

Houve um desaparecimento do controle interno que levou a uma falta de monitoramento eficaz das atividades governamentais, aumentando o risco de corrupção, desperdício de recursos e má gestão. Não há iniciativas para promover a participação dos cidadãos nas discussões sobre o orçamento e outras decisões importantes do governo, resultando em uma desconexão entre a administração municipal e a comunidade. Isto mina a legitimidade e a eficácia das políticas públicas.

Há uma ausência em relação às informações relacionadas às obras públicas, emendas parlamentares, receitas e despesas, agenda do prefeito, dados abertos etc. Vale mencionar, ainda, que inexistem Controles Internos no âmbito da maioria das secretarias, o que pode favorecer práticas inidôneas com o erário.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Restabelecer a Transparência na administração, fortalecendo a Controladoria Geral do Município e demais instrumentos de controle, visando o combate à corrupção;
- Criar Unidades Setoriais de Controle Interno, em secretarias e órgãos municipais;
- Reformular o Portal da Transparência Online, proporcionando acesso fácil e compreensível às informações sobre gastos públicos, contratos, licitações e outras atividades governamentais;
- Facilitar o acesso do cidadão aos pedidos de informação, conforme preconiza a Lei de Acesso à Informação (LAI);
- Restabelecer os processos licitatórios presenciais, para contratação de bens e serviços pela Prefeitura de Rio Branco. As licitações serão a regra geral. Caronas e adesões serão exceção;
- Fortalecer e ampliar cronograma de formalização dos Microempreendedores Individuais (MEI), em parceria com o Sebrae-AC;
- Ampliar os atendimentos realizados por meio dos Centros de Atendimento ao Cidadão (CAC) nas regionais;
- Ampliar os serviços online disponíveis no Portal do Cidadão;
- Fortalecer a Ouvidoria Geral do Município e criar norma de proteção ao denunciante;
- Promover campanhas educativas para conscientizar gestores municipais e cidadãos sobre a importância da transparência, do controle social e da participação cidadã na governança local.

Políticas para o Servidor Público

A gestão Marcus Alexandre respeitará e valorizará os servidores públicos municipais em suas carreiras e na melhoria das condições de trabalho. Também serão garantidos os direitos ligados às aposentadorias dos servidores.

Entre 2012 e 2018, as administrações do Município de Rio Branco, em acordo com os dirigentes sindicais, pactuaram que a folha de pagamento poderia chegar até 47% da receita líquida, mantendo, assim, uma margem de segurança fiscal e econômica de dois pontos percentuais abaixo do limite prudencial.

Durante a gestão Marcus Alexandre, vários avanços e conquistas foram implementados, destacando-se:

Efetivação da quase totalidade dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS); Criação da Previdência Municipal e instituição de uma alíquota complementar para suprir o déficit atuarial; Criação de Plano de Cargos Carreiras e Remuneração (PCCR), por categoria, estabelecendo promoção e progressão na carreira; Pagamento de mais de cinco milhões das verbas rescisórias para servidores que se aposentaram; Realização do maior concurso público da história da Prefeitura com mais de 1.800 vagas ofertadas; Retorno da licença-prêmio; Produtividade salarial para engenheiros, auditores fiscais e motoristas; Pagamento de insalubridade para Agente Comunitário de Saúde (ACS), Agente de Combate a Endemias (ACE) e Agentes de Vigilância em Zoonoses (AVZ).

Na gestão atual, o relacionamento entre a administração da Prefeitura e os sindicatos nem sempre foi respeitoso. Em várias ocasiões, o diálogo e o respeito com servidores públicos foram rompidos, marcando um tempo de repressão e retrocesso com a anulação de conquistas na política de valorização dos servidores.

Os maus tratos dispensados às margaridas e aos garis, mobilizados para reivindicar salários atrasados, se tornaram emblemas da atual gestão junto aos servidores municipais. As negociações invariavelmente foram feitas depois de movimentos grevistas, demonstrando a incapacidade de diálogo capaz de evitar situações de confronto.

Outro fato lastimável da atual gestão foi a redução dos investimentos na Escola do Servidor, comprometendo a capacitação do quadro de servidores.

É preocupante, por sua vez, o aumento do déficit atuarial do Município. Com base nos dados da folha de 2023, deve superar R\$ 1,5 bilhão em 2024. O atual plano vigente de amortização prevê alíquotas crescentes, atingindo perturbadores 21,19% da Receita Corrente Líquida, em 2028.

Além das questões da valorização salarial e previdenciária, deve-se mencionar as dificuldades em relação às condições de trabalho, de saúde e segurança dos servidores, especialmente dos que trabalham nas áreas mais periféricas.

No início de 2013, na gestão Marcus Alexandre, foi criado o Instituto de Previdência do Município de Rio Branco (RBPprev), como entidade responsável pela administração do regime próprio do Município. Nesse ano, foi instituída uma alíquota suplementar à alíquota normal, para garantir a sustentabilidade do regime a longo prazo.

Apesar dos avanços alcançados pelo RBPprev, o Município de Rio Branco enfrenta um grande desafio para o futuro: encontrar meios eficientes para equilibrar o déficit atuarial.

É imprescindível uma abordagem proativa por parte da gestão governamental para explorar novas medidas que possam impactar diretamente o resultado atuarial, sem prejudicar os direitos dos beneficiários. Eis o desafio.

Diante do diagnóstico descrito acima, apresentam-se os seguintes compromissos:

- Fortalecer atendimento de referência ou um serviço voltado especificamente para os servidores, contemplando tanto ações de saúde preventiva quanto curativa em consonância com Assemurb e Parcerias Público-Privadas;
- Criar o setor de saúde do trabalhador na Prefeitura;
- Estabelecer política de valorização e atenção à saúde mental e segurança no trabalho;
- Constituir comissão permanente de negociação para manter diálogo com os sindicatos;
- Manter o investimento em pessoal na folha de pagamento dentro da série histórica, podendo alcançar até 47% da LRF. Na primeira negociação em 2025, será discutida a reposição do período 2023/2024;
- Priorizar o chamamento dos cadastros de reserva de concursos anteriores vigentes, antes de realizar novos concursos efetivos;
- Concluir a efetivação de Agente Comunitário de Saúde (ACS);
- Promover a adequação de carga horária dos Agente de Combate às Endemias (ACE) e Agente de Vigilância em Zoonoses (AVZ);
- Adequar o pagamento do Incentivo Financeiro Anual (IFA) para ACE, ACS e AVZ;
- Revisar o PCCR da Emurb, RBTrans e Saerb;
- Não haverá complementação salarial, pois o piso salarial da Prefeitura será acima do salário mínimo;
- Recriar a Escola de Governo, para capacitar os servidores do Município;
- Realizar concurso público diante da ausência do quadro permanente;
- Fortalecer a previdência municipal para adequar à legislação vigente sem que haja prejuízo nas aposentadorias futuras e na avaliação da regulamentação das aposentadorias especiais;
- Suspender a utilização do ponto eletrônico nas unidades de saúde, estabelecendo metas de produtividade e outros mecanismos de desempenho;
- Assegurar aos profissionais do magistério a valorização salarial, cumprindo o estabelecido na Lei Federal nº 11.738/2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), com a correção entre o tempo de planejamento no contrato de trabalho, a regência de classe e a remuneração;
- Instituir a Agência de Licenciamento e Controle Urbano do Município de Rio Branco, com o objetivo de unificar as diferentes áreas de Auditorias Fiscais do município, desburocratizar e agilizar a análise e aprovação de projetos, alvarás e licenças;
- Manutenção do abono natalino para o servidor público municipal.

DIALOGO E PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO

A participação social é o coração pulsante da democracia. A democracia na gestão pública não se resume à gestão de "coisas", ela se lança sobre a gestão da cidadania. Por isso, a gestão democrática ocupa o centro do Plano, cujo alvo da atuação estratégica é a solução de problemas e a atenção prioritária aos locais e pessoas mais necessitadas.

Longe de enfraquecer o poder de governar, quem compartilha o poder aumenta as chances de agir mais assertivamente, correspondendo melhor às demandas essenciais das pessoas, fazendo com que os serviços cheguem onde é mais necessário.

As carências da periferia e a descaracterização das feições estruturais e simbólicas do centro da cidade denotam uma grave crise social. A violência, a fome, a falta de moradias, a precariedade dos transportes, o risco social de crianças, a vulnerabilidade dos jovens, o desemprego dos adultos, o abandono dos idosos, a falta dos mais essenciais serviços sociais, formam o todo e definem a baixa qualidade de vida do município.

Com a compreensão de que no diálogo social os conflitos existem e que deles nascem as melhores soluções, a gestão democrática aqui descrita incorporará a comunicação não-violenta e a rejeição de qualquer forma de preconceito e discriminação.

A gestão municipal precisa conectar a administração direta e indireta com a comunidade, fortalecendo e aprofundando os mecanismos e as instâncias de diálogo entre o poder público e a sociedade. Sindicatos, conselhos diversos, entidades de classe, entidades religiosas, associações de moradores, juventude, movimento de mulheres, políticas afirmativas, dentre outros, serão os atores de diálogo com o poder público.

Na gestão Marcus Alexandre 2013-2018, o diálogo e a participação foram a tônica das grandes conquistas. Foram mais de 6 mil agendas em mais de 200 bairros e comunidades rurais. A escuta, a construção das soluções dos problemas e a participação ativa nas ações resultaram na concretização do maior programa de regularização fundiária da história de Rio Branco, com a titulação de mais de 11 mil terrenos. Além disso, os novos equipamentos sociais receberam o nome de pessoas importantes do local onde foram instalados, como forma de homenagem e respeito à identidade e à memória genuína dos territórios.





Na gestão Marcus Alexandre foi reorganizado o modelo de gestão territorial de Rio Branco, passando de 10 para 15 regionais, possibilitando a participação direta dos movimentos sociais nas tomadas de decisões. A situação atual já reclama novas reorganizações, diante da dinâmica da cidade.

A criação dos escritórios regionais chamados de Prefeitura no Bairro, com a participação de agentes das diversas secretarias, foi uma feliz inovação apresentada ao povo de Rio Branco. Com efeito, receber e providenciar a solução das demandas da comunidade, atendendo assuntos relevantes foi algo inteiramente novo na gestão do município.

O diálogo e a participação na Prefeitura serão pautados pelas necessidades sociais, canalizadas para o grande objetivo do município, que é ofertar serviços continuados, na atenção primária, protetiva, preventiva e resolutive. Para isso, o modelo requer um moderno sistema de planejamento e comunicação que facilite o acesso da população e que envolva uma ampla e qualificada experiência de aprendizagem.

Todas as outras áreas do plano serão tangenciadas pelas diretrizes, objetivos e estratégias do modelo de gestão democrática aqui delineado. O diálogo ocorrerá com a participação social, promoção da transparência do gasto e avaliação de políticas públicas. Nesses termos, os conselhos de direitos serão mais acionados, bem como os sindicatos, federações, associações e lideranças comunitárias. A força da democracia reside na participação cidadã e na justa concessão de benefícios para a população.

As propostas abaixo são as mais transversais do Plano. Elas se somam e se complementam às demais iniciativas:

-  - Criar órgão gestor para interlocução comunitária e instalar canais de comunicação direta entre a administração municipal e os cidadãos, como ouvidorias, redes sociais, audiências públicas etc.;
-  - Retomar os escritórios da Prefeitura nos Bairros, por regional, com diálogo permanente com a Umamrb, associações de moradores e movimentos comunitários;
-  - Atualizar o modelo de regionais urbanas e rurais do município;
-  - Implantar na sede da Prefeitura, espaço de apoio ao movimento comunitário.

AGRADECIMENTOS *Agradecimentos*

Marcus Alexandre, Marfisa Galvão e a equipe do Plano de Governo agradecem aos dirigentes e os candidatos dos onze partidos que compõem a nossa aliança e todas as pessoas que colaboraram na construção deste instrumento.

O Plano de Governo contou com a colaboração de mais de 500 técnicos e profissionais de diversas áreas, que, ao longo de seis meses, realizaram mais de 130 reuniões temáticas de construção coletiva e elaboraram um diagnóstico com 836 páginas de pesquisas, levantamentos e análises.

Esse processo resultou em 291 propostas, que serão o alicerce para a retomada dos serviços essenciais e estruturantes, além da melhoria de indicadores e da qualidade de vida.

PREFEITO
Marcus
ALEXANDRE **15**
VICE MARFISA GALVÃO

**#RIO BRANCO
MERECE
MAIS!**